



ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 033/034

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE ABRIL DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PT	Ângelo Vanhoni
PDT	Luiz Carlos Martins
PPS	Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB	Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB	Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk.

DIÁRIO Nº 033

029ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	02
Presenças.....	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Ofícios.....	03
Memorando.....	03
Designações	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	05
Projeto de Lei Complementar	-
Pequeno Expediente:	
Dep. Barbosa Neto.....	06
Dep. José Domingos Scarpellini....	07
Dep. Elza Correia.....	07
Grande Expediente:	
Sr. Ademir Moeller - Pres. Fetaep .	09
Horário das Lideranças:	
Liderança do PMDB	
Dep. Elza Correia.....	08
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini	12
Liderança do PDT	
Dep. Barbosa Neto	13
Liderança do PFL	
Dep. Plauto Miró Guimarães	13
Liderança do PPT	
Dep. André Vargas	16
Liderança da Oposição	
Dep. José Domingos Scarpellini	17
Liderança do Governo	
Dep. Dobrandino da Silva	18
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente.....	22
Discussão / Votação:	
Redação Final	22
3ª Discussão	31
2ª Discussão	31

1ª Discussão31

Requerimentos36

Explicações Pessoais

Dep. Neivo Beraldin36

Dep. Jocelito Canto38

Encerramento da Sessão39

DIÁRIO Nº 034

30ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	40
Presenças.....	40
Abertura da Sessão	40
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
Redação Final	40
2ª Discussão	41
Encerramento da Sessão	41
Publicações	
Diretoria Geral	
Portarias	41
Balancetes.....	42
Administrativas.....	42

DIÁRIO Nº 033

29ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2006

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,
secretariado pelos Srs. Deputados Vanderlei Iensen e
Elton Carlos Welter.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (36). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Ademar Traiano, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Ratinho Júnior e Valdir Rossoni (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

OFÍCIO Nº 036/06/GL/PFL

Curitiba, 19 de abril de 2006.

Venho, por intermédio do presente, encaminhar a relação dos Deputados da Bancada do PFL - Partido da Frente Liberal, que farão parte da Comissão da Proposta de Emenda Constitucional nº 027/06:

Titular: Durval Amaral

Suplente: Plauto Miró Guimarães

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Líder do PFL

Memorando

MEMORANDO

Informamos aos Srs. Deputados que está aberto o prazo de três dias para apresentação de emendas à Proposição nº 027/06, de autoria do Poder Executivo, que veda a prática do nepotismo.

O referido prazo encerra-se na próxima terça-feira, dia 25 de abril, às 18 horas.

As emendas poderão, também, ser apresentadas no Protocolo Geral da Assembléia

(a) MESA EXECUTIVA

Designações

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo ao disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado André Vargas, para representar esta Casa de Leis na IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, nos dias 25 a 27 de abril de 2006, na cidade de Brasília.

Sala das Sessões, em 19.04.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo ao disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Hermes Fonseca, para representar esta Casa de Leis na Reunião do Bloco Brasileiro da União de Parlamentares do Mercosul, no dia 20 de abril de 2006, na cidade de Porto Alegre-RS.

Sala das Sessões, em 19.04.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 869

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 031/06, Projeto de Lei nº 193/06, de autoria do Poder Executivo, autorizando-o por intermédio da Copel ou subsidiária integral desta, a assumir o controle (societário) da UEG Araucária Ltda, mediante a aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social da El Paso Empreendimentos e Participação Ltda.

Sala das Sessões, em 19.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 870

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 032/06, Projeto de Lei nº 194/06, de autoria do Poder Executivo, dispondo sobre Diretrizes para a elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2007.

Sala das Sessões, em 19.04.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 871

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada do item 09 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, Projeto de Lei nº 797/05, de autoria da Deputada Elza Correia, que visa instituir em caráter permanente, no calendário oficial de políticas públicas de cultura, o Programa Paranaização, do Centro Cultural Teatro Guaíra, por cinco Sessões.

Sala das Sessões, em 19.04.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 868

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 20 de abril (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 19.04.06.

(a) ELTON CARLOS WELTER

REQUERIMENTO Nº 867

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120 do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Leis nºs 183/06 e 190/06, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores de Uraí - Auva, com sede e foro no município de Uraí.

Sala das Sessões, em 19.04.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 843

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta casa de Leis, de votos de congratulações às autoridades e população do município de Nova Santa Rosa, pela comemoração do 30º aniversário de emancipação política, no dia 29 de abril de 2006.

Requer, outrossim, que seja dado ciência ao Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Norberto Pinz, com endereço à Rua Tucunduva, 833; CEP: 85.930-000 e ao Presidente

da Câmara de Municipal, Exmo. Sr. Paulo Wagner Neto, com endereço à Rua Maripá, 892 - Nova Santa Rosa - PR, CEP: 85.930-000.

Sala das Sessões, em 19.04.06.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Por Decreto Presidencial, assinado em 29 de abril de 1976, o então Presidente da República, General Ernesto Geisel, autorizou a criação do município de Nova Santa Rosa.

Desde o seu início, em 1954, pequeno povoado se iniciava e em poucos anos já se tornou Distrito Administrativo e Judiciário de Toledo, graças ao trabalho, dedicação e visão de futuro da gente pioneira, que fez crescer e desenvolver aquela terra e sua gente.

Hoje, com trinta anos, é um município integrado ao desenvolvimento regional, denominado Jóia do Oeste, e que tem um povo feliz, trabalhador, solidário e consciente de suas responsabilidades e direitos, que em conjunto às suas autoridades são merecedores das mais entusiasmadas homenagens e aplausos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Parabéns, Nova Santa Rosa!

Parabéns, nova-santa-rosenses!

REQUERIMENTO Nº 876

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando informações, através das Presidências da Copel - Companhia Paranaense de Energia e da Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, sobre quais os nomes e os respectivos salários dos diversos Conselheiros que compõem as referidas sociedades de economia mista.

Sala das Sessões, em 19.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 872

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender ao pedido do Sr. Izaldir Pereira da Rocha, residente à Rua João Batista Vera, nº 557 - Bairro Jardim Primavera - município de Piraquara, que pede, em regime de urgência, uma verificação no manilhamento de águas pluviais da rua em que reside.

Quando chove ocorrem alagamentos e muitos prejuízos aos moradores locais. Há mais de um ano que o Sr. Izaldir vem pedindo uma solução à Sanepar e à Prefeitura de Piraquara, porém nada foi resolvido.

A situação é crítica, motivo pelo qual pede agilização no atendimento do presente. Se necessário informa-

ções complementares, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 3673-6880.

Sala das Sessões, em 19.04.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 873

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estrada de Rodagem do Paraná - DER, no sentido de atender ao pedido da Sra. Constância Sza-cher, residente à Rodovia da Uva nº 2877 - Bairro Jardim Arapongas - município de Colombo, que solicita a execução de limpeza das laterais dessa rodovia, principalmente no trevo do município de Almirante Tamandaré.

Ocorre que há muito mato alto, o que vem prejudicando a visibilidade dos motoristas e pedestres, ocasionando constantes atropelamentos.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 3621-1502.

Sala das Sessões, em 19.04.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 877

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, Exmo. Sr. Heron Arzua, solicitando as informações questionadas no Ofício nº 686/06, encaminhado a este Parlamentar pela Câmara Municipal de Londrina.

Sala das Sessões, em 19.04.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 197/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Regional de Assistência ao Menor Guarda Mirim de Umuarama, cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.06.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Av. Portugal nº 5550, em Umuarama, e é constituída sob forma de sociedade civil,

pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social.

A Aram - Associação Regional ao Menor Guarda Mirim de Umuarama, tem por objetivo a integração da criança carente na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 198/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Recanto Paula Carolina Cerci Patrulheiros Mirins, do município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.06.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rodovia PR-580 - Km - 01, em Umuarama, e é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social.

O Recanto Paula Carolina Cerci - Patrulheiros Mirins, tem por objetivo o atendimento de crianças e adolescentes dos 07 aos 17 anos, e desenvolve suas ações na construção da cidadania dos jovens na área da saúde, esporte e lazer, através de palestras educativas e preventivas, jogos e gincanas recreativas. Acompanhamento às atividades escolares, profissionalização e cultural.

A documentação que instrui este projeto encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 199/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação São Pio X, do município de Umuarama, Estado do Paraná

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.06.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Pe. José Carlos Parra Pires, nº 2295, em Umuarama, e é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social. A Associação São Pio X, tem por objetivo o atendimento de pessoas carentes em forma de abrigo, onde recebem alimentação, repouso e atendimento específico para cada situação.

A documentação que instrui este projeto encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 200/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Espírita Allan Kardec, do município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.06.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Bahia, 4368, em Umuarama, e é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social. O Centro Espírita Allan Kardec, tem por objetivo a realização de atividades de natureza assistencial e de promoção humana à luz da Doutrina Espírita. A documentação que instrui este projeto encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 201/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a entidade filantrópica denominada Associação São Francisco

de Assis de Pinhão, com sede município de Candói, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.06.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cíveis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná, estamos apresentando a presente proposição, para declarar de Utilidade Pública a Associação São Francisco de Assis de Pinhão, com sede e foro no município de Pinhão/PR.

Fundada em 02 de fevereiro de 1989, a entidade tem por objetivo e finalidade, de acordo com seu estatuto, promover o bem-estar individual dos idosos sem distinções políticas, religiosas ou raciais, prestando assistência social, moral, educacional, cultural, recreativa e física; atendimento e assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social - Loas e a defesa da garantia dos seus direitos. Planejar, apoiar e coordenar serviços, conjugar esforços para solução dos problemas relacionados aos idosos quando julgar necessário, priorizando o atendimento a pessoas idosas acima de sessenta anos, com exceção de alguns casos como deficiência física ou degenerativa e cujas famílias não possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, passamos a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não quero tripudiar sobre o tema que foi amplamente debatido nesta Casa, na tarde de ontem, quando tivemos a oportunidade de dar um exemplo à sociedade paranaense e brasileira, seguindo a tendência nacional. Estou me referindo ao projeto que poderia ter acabado com o nepotismo no Estado do Paraná.

Nós não podemos, também, deixar de registrar nossa opinião nesta Casa, como foi registrada a opinião do ano de 1983, quando era Deputado Estadual o atual Governador Roberto Requião de Mello e Silva, que condenava veementemente a contratação de parentes no poder público, em cargos de comissão, e que hoje, como Governador, é um nepotista esclarecido, contumaz e

assumido. Segundo a imprensa nacional, é o homem no exercício de uma função pública que mais emprega parentes no Brasil.

Nós estamos aqui, hoje, para deixar registrada nossa frustração. Sinceramente, não podemos aceitar este tipo de comportamento: quarenta Deputados votaram em primeira discussão a favor do projeto, para acabar com a contratação de parentes. E no dia de ontem, tivemos só 29 Deputados que sustentaram sua posição inicial.

Depois, Sras. e Srs. Deputados, nós não podemos reclamar, quando a população ataca, insulta e agride a honra dos agentes políticos deste país. Nós, com atitudes como a de ontem, corroboramos a tese que cada vez mais é reforçada, que contribui com o descrédito da população em relação ao homem público, aos políticos, principalmente.

Estamos a pouco mais de cinco meses da eleições. Com que cara vamos pedir votos para a população? Isto tudo deveria ter sido pensado e acima de tudo ponderado no momento de ter a coragem, porque foi corajoso quem votou a favor da contratação de parentes. Que coragem! Como é que vão voltar às suas bases? Digo isto com toda sinceridade possível.

Há uma tendência nacional, há uma pressão da população para que a contratação de parentes acabe definitivamente. E nós, ainda com esta herança do Brasil Colônia, esta herança cartorial, reforçamos ainda mais a contratação de parentes. Porque vai ficar, agora, institucionalizado: "ah, não passou a regra?"

Então vamos voltar. E exemplo que estamos dando de forma negativa à sociedade, as câmaras municipais que estão com projetos em discussão, vão retroceder, aqueles nepotistas assumidos também vão falar: "Olha, se a Assembléia não fez eu também não vou fazer". Porque nós pautamos muitas discussões pela influência que esta Casa possui em relação às outras cidades paranaenses, e infelizmente estamos na contramão da história aprovando um projeto altamente negativo à sociedade e para a imagem de todos nós, homens públicos, que queremos o bem da nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ontem a Assembléia Legislativa do Paraná viveu realmente um dia intenso, um dia que o Parlamento, apesar do resultado não ser aquele que a sociedade esperava, mas foi um dia de muito debate, de muita discussão e de muito proveito para o Paraná e para o Brasil.

Ontem foi um dia de se separar aquilo que os homens falam e aquilo que os homens fazem. O Governador Roberto Requião de Mello e Silva, quando assumiu

a Assembléia Legislativa do Paraná em 1983, como Deputado estadual, foi a grande esperança da ala progressista do PMDB, era o discurso de esquerda, o discurso forte, o discurso que mexia com as mudanças e as transformações que estavam por vir. E o discurso dele aqui, no dia 31 de maio de 1983 era, conforme mostramos ontem, o discurso para acabar com o nepotismo, com o compadrio, com a política dos cabos eleitorais, com a política do "toma lá dá cá".

Este foi o discurso que levou o atual Governador do Paraná a ser uma grande bandeira e uma grande esperança para muitos emedebistas e peemedebista. Abraçou ele até o MDB a que não pertenceu; fala de um MDB velho de guerra que ele nunca foi filiado, porque filiou-se em Partido Político pelos idos de 79, 80, e o MDB vem lá de 1966. Eu me filiei em 1968 no MDB, depois vim conhecer o então Líder, que estava organizando as comunidades da cidade de Curitiba, o Roberto Requião, lá na sua casa, na sua residência, aonde ele recebeu Mário Covas, e outros líderes do MDB, que esses eram, do MDB velho de guerra, e lá então fomos apresentados; o iniciante da política paranaense, que eu já o conhecia, mas não como político, conhecia como cidadão, no "Coffe Shopping do Iguazu", onde ele sempre frequentava, mas nunca podia imaginar que aquele cidadão, que tinha uma loja de móveis na Vicente Machado de nome "Universal", viesse a ser um peemedebista e um defensor das causas progressistas, nesta país.

Ontem, vimos que o discurso ficou longe da prática. Aquele jovem de 1983 e de 79 não está mais presente no Governador Roberto Requião de Mello e Silva. A sua Bancada, a Bancada do Governo, uns votaram...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Um minuto para V. Exa. concluir, senão poderá usar o Horário da Liderança do seu bloco.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Obrigado!

Uns votando e outros se ausentando, como foi o caso do PT. Quero, então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento, cumprimentar a todos que votaram, que estiveram na discussão. Quero condenar os ausentes porque esses são piores do que aqueles que votaram, porque os que votam tomam posição efetivamente e, assim sendo, poderão ser cobrados amanhã da população.

Quero também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer o seguinte: não fui eu que briguei no elevador, ontem. Umas dez ou doze pessoas, alguns Deputados, vieram perguntar se foi comigo uma encrenca que houve, dentro do elevador, com outro Deputado. Quero dizer que, ontem, não foi. Eu estava na sessão espírita, aqui, sentei lá no canto, meditando. Não foi nada comigo. Eu juro por Deus!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Deputado Vanderlei Iensen.

(Declina)

Deputada Elza Correria com a palavra.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, imprensa, assessores, companheiros que nos visitam:

Acho importante usar a tribuna desta Casa no dia de hoje, para mais uma vez, embora tenhamos feito isso ontem, deixar registrado e consignado alguns esclarecimentos a quem possa interessar.

Ninguém, aqui, ontem, votou a favor do nepotismo. Não procede. Não está correto. É uma inverdade.

Os que votaram contra o texto da proposta ontem, votaram contra uma redação que, efetivamente, não dava conta de acabar com o nepotismo no Paraná. Um texto que deixava margens a continuar havendo nepotismo.

Da mesma maneira que não existe “meia gravidez” não pode haver “meio nepotismo”. Ou a lei atende a todos ou a nenhum. Se ontem não houvesse a possibilidade concreta que houve de um novo texto, que pode ser ainda melhor e muito melhor do que o que estava proposto, os meus companheiros de Partido sabem que eu votaria SIM, ontem, também.

Votei NÃO porque apresentamos, imediatamente, com assinatura de vinte e dois Deputados, inclusive de outros Partidos, do PT, do PDT e de outros, que igualmente como nós, entendiam que é possível, sim, a Assembléia Legislativa do Paraná apresentar uma proposta muito melhor do que a que estava sendo colocada. Então, isso é o que vale. O resto é tentativa de desqualificar, de desmoralizar aqueles Deputados e Deputadas que votaram contra aquele texto.

Vamos elaborar um novo texto pegando o que há de bom na proposta do Governador Roberto Requião, que inclusive propõe a questão contra o nepotismo cruzado, pegando algumas questões do projeto do companheiro Tadeu Veneri e ainda a proposta apresentada aqui pelos 22 Deputados. Isso é outra conversa.

Este papo de que quem votou ontem contra a proposta apresentada votou a favor do nepotismo, não engana nem àqueles que estão colocando esta fala. Isto é perigoso, é tentativa de confundir, é tentativa de tumultuar, de jogar sujo, de não jogar com a verdade.

Quero deixar claro que o que foi colocado por um companheiro que me antecedeu, a questão da honra dos agentes políticos, que foi atacada quando alguns Deputados votaram contra a propositura de ontem, o que ataca frontalmente a honra dos agentes políticos, é desvio de dinheiro público; é mensalão; é Valerioduto.

Isto afronta. É um tiro certo no coração da democracia; um tiro certo no coração da ética; um tiro certo no coração daquelas pessoas que lidam com a questão da política com moralidade e com seriedade.

Isso, sim, envergonha. Fere a honra dos agentes políticos entregar as nossas instituições como o Banes-

tado; dos agentes políticos na tentativa de vender a Copel; fere a honra dos agentes políticos as terceirizações desenfreadas das nossas instituições aqui no Estado do Paraná; fere a honra dos agentes políticos a impunidade, a safadeza que corre solta no país.

Passa a usar o Horário da Liderança do PMDB

Então, gostaria de dizer que é preciso, nestas discussões, olharmos olho no olho. Ter a coragem e a decência de defendermos nossas propostas sem constrangimento. Seria muito mais cômodo a esta Deputada e a outros Deputados se ausentarem do plenário ou então, votar SIM, novamente, como votou lá atrás. Coragem foi votar NÃO ontem, porque tem uma proposta melhor. Isto, sim, é um ato de coragem, porque esta posição deu margem aos falsos moralistas a tentarem, hoje, utilizar desta situação para desqualificar a nossa posição política. O que não conseguirão porque “não caímos de pára-quadras” na Assembléia Legislativa, em um passe de mágica.

Estou aqui como Parlamentar legitimada pelos milhares de votos que recebi, pela confiança da população do Paraná. Não é vergonha nenhuma retroagir, quando esse retroagir significa avançar em seguida.

Em Londrina, votei num projeto, Presidente, que foi apresentado por um Vereador, em que a propositura era que no verso dos passes de ônibus fosse colocada propaganda de empresas e o dinheiro fosse colocado através dessa arrecadação, nas instituições assistenciais.

Achei ótima a idéia e defendi o projeto. Só que não atentei para que, atrás dos passes de ônibus, tinha uma campanha extraordinariamente importante, que era das crianças desaparecidas, muito mais importante e significativa do que empresas fazerem publicidade. Só que aí eu já tinha votado, mas voltei atrás de forma clara, objetiva e fui à imprensa e disse: errei. Não deveria ter votado. Porque a Campanha de Crianças Desaparecidas é muito mais importante. Qual o problema? Nenhum. Nenhum problema de voltar atrás, quando é para, efetivamente, melhorar. Essa balela de que ontem quem votou NÃO, votou a favor do nepotismo, não cola. Não cola! Porque apresentamos imediatamente uma outra proposta, que também acho que pode e deve ser melhorada. Pedi, ontem, publicamente, que se eu fosse incluída na comissão, ajudaria a elaborar essa nova proposta e se não houvesse essa possibilidade, teria votado SIM na proposta do Tadeu Veneri. Aliás, nem era mais a proposta do Deputado Tadeu Veneri, já era um substitutivo do companheiro José Maria.

É preciso o “olho no olho”, sem temor, sem medo, sem a preocupação do aplauso ou vaia. Defendamos aqui a nossa posição. O projeto proposto atingia única e exclusivamente - ficou muito claro para mim no processo - que tinha endereço dirigido, como falou aqui o Deputado Vanhoni, ontem, na sua fala. Quando queremos acabar

com a praga no jardim da nossa casa - eu falava isso ontem para a imprensa e hoje também - temos que arrancar a raiz da erva daninha e não cortar superficialmente, porque a praga, se não é arrancada pela raiz, volta, e não há veneno, não há herbicida que mate.

Portanto, o que fizemos aqui foi propor que acabemos com esse mal, com essa praga que é o nepotismo, arrancando a raiz e não fingindo, através de um projeto com falhas. É óbvio que temos que louvar a intenção do Deputado Tadeu Veneri, mas dizer que é a melhor proposta do mundo e que não poderia ser apresentada uma outra ainda melhor, também não é correto.

Também faço aqui essas considerações, porque agora fica muito fácil dizer que votamos por pressão, porque o chefe pediu, somos capachos e não temos direito à opinião própria. Isso não cola também. Não podemos subestimar a inteligência e a capacidade de observação de controle social da população do Estado do Paraná. A população está atenta e sabe quem é quem, quem tem discurso falso e quem tenta confundi-la. Tenho certeza absoluta que ela sabe a história de cada um dos 54 que estão aqui dentro da Assembléia Legislativa, representando este Parlamento.

É preciso que deixemos muito claro, para não vencer a tese de que ontem os que votaram NÃO, votaram a favor do nepotismo. Ninguém mais está aceitando isso. A proposta de ontem permitiu o nepotismo cruzado, deixava lacunas para continuar a sua prática. Quem tinha prerrogativa da nomeação seria atingido, tanto nesta Casa como no Tribunal de Contas e no Tribunal de Justiça. Tinha várias outras imperfeições, que agora vamos tentar melhorar.

Dito isso, colocamos que vamos pegar as teses, as propostas apresentadas e transformar em um novo texto. Não preocupam absolutamente as tentativas e os ataques frágeis que estamos vendo, de colocar um grupo a favor do nepotismo e um grupo contra. Os 54 Deputados desta Casa deixaram claro que são frontalmente contra. Mas, contra para valer e não fazer de conta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Natálio Stica.

(Não houve manifestação)

Grande Expediente:

O Grande Expediente de hoje está reservado à Fetaep. O nosso convidado é o seu Presidente, que usará deste espaço democrático que esta Casa abriu a todas as entidades para se manifestarem a respeito do salário-mínimo regional.

Convido o nosso amigo Ademir Moeller, Presidente da Fetaep - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná, para colocar a posição dessa entidade oficialmente para esta Casa, em relação ao referido projeto.

Sr. Ademir Moeller - Presidente da Fetaep

O SR. ADEMIR MOELLER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e demais membros da Mesa que compõem esta Casa de Leis.

Primeiramente, gostaríamos de parabenizar o Deputado Hermas Brandão, Presidente desta Casa, pela iniciativa de trazer aqui as entidades sindicais dos trabalhadores, os representantes dos empregadores da área rural e da área urbana, para que realmente tragam aqui as suas posições em relação a esse projeto de lei que institui no Estado do Paraná um piso salarial para os trabalhadores rurais e urbanos. Queremos, então, parabenizar esta Casa, por essa iniciativa.

Gostaríamos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados, de fazer aqui um breve relato sobre o movimento sindical dos trabalhadores rurais, pois é em nome desses trabalhadores, dessa categoria profissional que vamos falar aos senhores. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais representa a classe trabalhadora rural, sendo constituída por uma Confederação, por 26 Federações dos Trabalhadores na Agricultura e uma delas é a nossa, e por aproximadamente quatro mil Sindicatos de Trabalhadores Rurais esparramados por este Brasil afora. Aqui no nosso Estado temos 335 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e desse total, 294 são filiados à Fetaep e os trabalhadores rurais são representados por essa instituição, e esses Sindicatos de Trabalhadores Rurais como categoria profissional, num total de um milhão e duzentos mil trabalhadores rurais no nosso Estado.

A classe trabalhadora rural compreende aqueles que exercem atividades rurais, como assalariados, temporários, permanentes e os agricultores familiares, aí incluídos os pequenos proprietários, arrendatários, posseiros e afins. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná é uma instituição constituída para fins de coordenação, proteção e representação legal da categoria. O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais atua principalmente na luta por política agrícola diferenciada, benefícios da previdência, erradicação do trabalho infantil, reforma agrária, meio ambiente, melhoria do nível de vida sócio-econômico dos assalariados rurais do nosso Estado, valorizando também o papel da mulher trabalhadora rural, jovem, acesso à saúde, habitação, entre outros. Vem desenvolvendo, Srs. Deputados, ações que visam a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento rural sustentável e solidário, buscando parcerias e promovendo atividades, objetivando reduzir as desigualdades sociais e a discriminação de gênero, geração e etnia.

Como estamos aqui falando em questão do salário-mínimo, de uma política pública voltada aos trabalhadores rurais e urbanos deste Estado, vamos nos ater, então, a falar a uma parte do público que a Fetaep representa, que são os assalariados rurais do Paraná. Esses assalariados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, totalizam, no nosso Estado - a Fetaep trabalha com este número - 420 mil

peças. Participam decisivamente na produção de alimentos, na produção de álcool, açúcar, madeira para abastecimento do mercado interno, como também de produtos de exploração que equilibram a balança comercial brasileira, sendo, porém, o segmento com o menor acesso aos benefícios sociais gerados pela riqueza que constrói.

Aqui no nosso Estado, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais - que eu me referi aos senhores - e a Fetaep promovem, ano a ano, por exemplo, no ano de 2005 promoveu 115 acordos e convenções coletivas de trabalho. A Fetaep entrou junto com o Sindicato com cinquenta dissídios coletivos, em cinquenta municípios, haja vista que não há um acordo nas bases, entre o Sindicato dos Trabalhadores e o dos empregadores. E também a Fetaep entra com dissídio coletivo que não tem organização de sindicato, tanto no sindicato patronal, como não tem organização no sindicato dos trabalhadores. Aí as duas instituições estaduais, a Faep e a Fetaep representam esses trabalhadores e no caso da Faep os empregadores.

De forma que, abrangido pela convenção coletiva de trabalho e pelo dissídio coletivo, são 165 municípios no nosso Estado e existem 26 acordos coletivos de trabalho específico na área da cana.

O que temos conseguido, na média, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui no nosso Estado, com esses 165 municípios que têm acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, um salário-mínimo, acrescido de mais 15% na média, entre a média desses acordos realizados. Isto hoje daria um valor de 402,50. A diferença nessa média que estamos falando, para 427 reais que seria a primeira faixa do piso salarial que esta Casa estaria aprovando como mensagem do Governo enviada a esta Casa, daria apenas uma diferença de 20 reais em relação à média negociada no Estado com o valor proposto pelo Governo, que é 427 reais na primeira faixa, aonde inclui os trabalhadores rurais assalariados. Isso quer dizer que seria uma diferença de apenas vinte reais, o que não significaria muito no custo, no impacto do custo da produção agrícola, ao nosso ver e ao ver da Fetaep.

O mundo rural, Srs. Deputados, tem dado uma contribuição significativa para o desenvolvimento econômico do Estado, sem, no entanto, colher os frutos que lhe cabem na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais paranaenses, sendo que os municípios com os menores índices de desenvolvimento humano, os menores IDH, estão situados nas regiões agrícolas.

Um dos instrumentos que o movimento sindical lança mão desde o ano de 1995 para colocar em evidência a importância dos trabalhadores rurais para o conjunto da sociedade e simultaneamente buscar o apoio do poder público estadual para superar os desafios que historicamente a classe trabalhadora vem enfrentando, são as mobilizações do Grito da Terra. E justamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos últimos quatro anos a Fetaep, ou seja, a partir de 2002, a Fetaep vem apresentando, junto com o movimento sindical, a sua pauta de reivindicações, vem apresentando uma das principais reivindica-

ções aos assalariados rurais do Paraná que é o que está escrito nas pautas. A instituição de um salário-mínimo estadual superior ao vigente em âmbito nacional, uma vez que o Governo Federal transfere ao Estado o poder de instituir um salário regional, a exemplo do que já ocorre em alguns estados da União, como o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro. Portanto, a Fetaep, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é pioneira no Paraná a propor, desde 2002, a elevação do salário-mínimo estadual. Queremos depois deixar - sabemos que esta Casa de Leis tem nos seus Anais, nos seus registros, todas as pautas aqui encaminhadas - todos os anos temos protocolado a pauta aqui na Assembleia Legislativa e temos protocolado a mesma junto ao Governo do Estado do Paraná.

Quero deixar a cópia dos últimos três anos com o Presidente desta Casa, à disposição dos Srs. Deputados, das Sras. Deputadas e da Mesa Diretora, as três últimas pautas da Convenção Coletiva completa do Estado do Paraná onde, no meio dessa pauta, vamos verificar que existe uma proposta da Fetaep para que seja criado esse piso salarial no nosso Estado. Portanto, a Fetaep não vem só se posicionar favorável a este piso salarial, mas vem dizer também que é uma das proposituras que reivindica, ao longo dos anos, esse piso salarial, porque viria contribuir muito com os trabalhadores rurais aqui no nosso Estado. Os trabalhadores rurais do nosso e de outros estados, quando se calcula o salário deles, quando vai se negociar a convenção coletiva de trabalho, o pagamento feito a eles é vinculado, o parâmetro é o salário-mínimo.

Sabemos, Srs. Deputados, que existem milhares de trabalhadores rurais que já ganham acima desse piso, os que trabalham, por exemplo, na produção do corte de cana, a cota é por metro, por tonelada; os que trabalham com trator, com máquinas agrícolas, enfim, têm uma mão-de-obra mais qualificada, eles têm um salário-mínimo maior que esse aí. Mas, estamos falando dos que não têm essa mão-de-obra qualificada, esses duzentos municípios ou mais, que não conseguem fazer acordo coletivo de trabalho, esses trabalhadores que ganham só um salário-mínimo, não conseguem avançar mais do que isso. Então, é para esses trabalhadores que entendemos que esse piso salarial vai beneficiar diretamente, trabalhadores que não conseguem fazer acordo e que têm uma mão-de-obra menos qualificada nas suas atividades na roça.

Mais do que nunca justifica que esta Casa aprove esse salário-mínimo proposto pelo Governo do Estado de 427 para 437 reais.

Também, Srs. Deputados, a questão do dissídio coletivo tem sido dificultado ultimamente. Não sabemos o que pensou o Governo Federal quando fez a reforma do Judiciário, na Emenda Constitucional número 45, no seu artigo 114, parágrafo 2º: criou um grande empecilho e hoje nove confederações de trabalhadores no Brasil têm proposto uma ADIN, Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o artigo 114, parágrafo 2º da Emenda 45 porque ela diz que não podemos mais fazer dissídio coletivo. Se a parte patronal não quiser negociar tem que ter um

“comum acordo”, se a classe patronal não nos autorizar a fazer o dissídio coletivo, o trabalhador rural ou o trabalhador urbano, seja quem for, não tem o acordo coletivo, não tem a convenção coletiva, não tem o dissídio coletivo porque nós já temos um caso, aqui no Paraná, da própria Fetaep, em que o Tribunal Regional do Paraná mandou arquivar o dissídio coletivo porque não havia um comum acordo da classe patronal para que pudéssemos fazê-lo. Logicamente a Fetaep recorreu. Queríamos prestar esta contribuição a esta Casa, no sentido de trazermos estas informações.

Por outro lado, Srs. Deputados, especificamente no Paraná à média salarial recebida pelo trabalhador rural é inferior à média dos três Estados do Sul do Brasil. O valor médio da renda obtida pelo empregador no Paraná é superior aos três estados do Sul, vejam bem que há uma diferença. Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm um salário do trabalhador rural maior do que o Estado do Paraná.

Eu vi ontem aqui centrais sindicais e outros que virão pela frente, também vão trazer alguns dados aos Srs. Deputados na questão social dos três estados do Sul.

Segundo o Dieese o valor do mínimo necessário, como é do conhecimento dos senhores, conforme o preceito constitucional, seria de 1.474 reais. Nem estamos falando nesse valor porque ele teria que ter sido conquistado ao longo dos anos com uma política que fosse adequada para este fim. Assim, antes de mais nada, é preciso encarar que a concentração de renda é um dos problemas estruturais do Brasil e cabe enfatizar que a Fetaep, representando os trabalhadores rurais do Paraná, entende que para se promover o desenvolvimento de uma sociedade há que se criar políticas que gerem distribuição de renda, como é o caso desse projeto de lei que tramita nesta Casa, criando esse piso salarial regional, ao nosso entender é uma forma de distribuição de renda.

Embora cientes das limitações de estarmos inseridos numa democracia representativa, solicitamos encarecidamente a esta Casa e a todos os Parlamentares paranaenses para que de fato cumpram o papel para o qual foram colocados pelos trabalhadores aqui, nesta Casa. Apelo à sua responsabilidade perante os trabalhadores rurais e os trabalhadores urbanos do nosso Estado para que estejam conscientes de que a sua prática política influencia diretamente a vida de milhares de trabalhadores rurais do nosso Estado.

Por isso, vamos pedir que votem SIM para o salário-mínimo de R\$ 437,00. Assim procedendo, Sras. e Srs. Deputados, o Paraná ocupará uma posição de vanguarda no cenário nacional; o comércio, a indústria e o próprio agronegócio, a agropecuária do Estado se fortalecerão e expandirão as suas atividades. E mais importante ainda, os trabalhadores terão melhorado as suas condições de vida.

Muito obrigado pela sua atenção, e esperamos que esta Casa venha votar a favor desse projeto encaminhado pelo Governador do Estado, que favorece diretamente os trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos e também ao setor produtivo do nosso Estado.

Sabemos que quanto mais o trabalhador estiver ganhando mais aquece a economia; isso vai fazer com que os próprios produtores rurais vendam mais seus produtos, os trabalhadores vão comprar eletrodomésticos, enfim a economia aquece, porque há uma injeção maior de dinheiro. E todos sabem que o trabalhador gasta o seu dinheiro todo, ele não guarda no Banco. Então, é necessário que, se for possível, votem a favor desse salário para que assim as condições de vida dos trabalhadores possam melhorar.

Em nome da Fetaep e dos 294 sindicatos filiados no nosso Estado e de um milhão e duzentos mil trabalhadores rurais, dos quais 420 mil são assalariados rurais, deixamos aqui os nossos sinceros agradecimentos e o nosso muito obrigado a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos agradecer, Ademir, a sua presença que é muito importante.

Fizemos uma tratativa com as Lideranças ontem, que não se questionaria mais os convidados, porque não é um debate. É um convite que fizemos às pessoas que vêm aqui, os representantes das entidades e vamos manter esse compromisso que assumimos com as lideranças. A FETAEP tem sempre encontrado na Assembléia Legislativa, uma porta para as discussões; esse espaço tem sido muito democrático e vamos continuar dessa forma.

Hoje recebi vários presidentes de sindicatos que falavam da abertura que foi dada nesta Casa para se manifestarem. Acho que a participação de todos vocês, de todas as entidades, de empregadores, de representantes de empregados, de diversos setores, é muito importante. Vamos votar na primeira semana de maio esse projeto e até lá, estaremos ouvindo. E agradecemos a sua vinda aqui como Presidente da Fetaep para colocar a sua posição oficialmente para os Srs. Deputados.

Muito obrigado por ter aceitado o convite desta Casa.

O SR. ADEMIR

Muito obrigado ao Sr. Presidente Hermas Brandão, por esta iniciativa tão importante para todos nós empregadores e trabalhadores do Estado do Paraná. E gostaria de deixar na sua mão as três últimas pautas do Grito da Terra.

Muito obrigado.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de saber se já tem data agendada para a vinda da Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sim, segunda-feira próxima.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passa-se o Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Bloco PP/PSB.

Deputado Scarpellini, o senhor vai falar?

Concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Estivemos, ontem, na cidade de Quatro Barras, onde fomos visitar a família Costa, que teve uma filha assassinada, crime que chocou a cidade pacata e ordeira de Quatro Barras. Lá estivemos visitando os pais e os quatro irmãozinhos que moram na casa do marceneiro que teve a filha seqüestrada, violentada e assassinada. Estivemos conversando com alguns vizinhos, fomos a diversos lugares, colhendo informações de como vive essa família naquela cidade, uma família de pessoas que trabalham, de crianças que estudam, de pessoas honradas dentro de uma simplicidade e uma família que vive na periferia da Região Metropolitana de Curitiba.

Ficamos chocados quando ouvimos os relatos de como aconteceu o crime praticado por um psicopata, certamente, e fomos à Delegacia de Polícia. Falamos com o Superintendente, pois a Delegacia estava na rua, investigando o crime. Trouxemos algumas informações e passamos rapidamente ontem na Sessão, pois o assunto era nepotismo, mas nem por isso deixamos de abordar esse assunto de Quatro Barras, por entender que a segurança precisa estar presente no dia-a-dia das cidades.

A segurança não pode ser apenas um ato de entrega de veículos, feito aqui no pátio de Palácio Iguaçu, onde o Sr. Governador entrega as viaturas à Patrulha Escolar e acha que certamente está cumprindo a missão. Não está. Em Quatro Barras, por exemplo, falamos aqui ontem e vamos repetir agora, o Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazari, conhecido como Roberto Carlos também, homem dos holofotes, que gosta das entrevistas de televisão, veio nos desmentir hoje, na Gazeta do Povo, dizendo que a polícia está, toda ela, investigando o caso. A polícia toda de Quatro Barras é a Delegada e o Superintendente, porque não tem policial militar naquela cidade. Nenhum! Tem um posto avançado que está na divisa de Colombo e Piraquara, que dista aproximadamente seis quilômetros do centro da cidade, mas lá na sede do município, não tem nenhum policial militar lotado. Pode ser que tenha algum que more lá na cidade. Isso não é da nossa competência investigar. Nós fomos lá, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Têm vinte e sete mulheres presas na cadeia de Quatro Barras e tem um policial aposentado

que funciona como carcereiro. É outra situação que nos deixou chocados, Deputado Luiz Carlos Martins, que hoje abordou esse tema no seu programa matinal de rádio, falando sobre a violência e sobre a questão de que uma cidade na Região Metropolitana não tem policial militar, lotado na sede do município. Isso é uma coisa inaceitável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Arlete Caramês, que tem se preocupado, através do Secrid, conversando com a Delegada titular desta Delegacia da Criança e tentando trazer e viabilizar informações que estamos a cobrar do Governo do Paraná.

Portanto, o Secretário da Segurança Pública deveria ter a preocupação de ir lá na cidade conversar com a população, ver o estado de revolta em que ela se encontra, porque um crime desses, se tivesse uma polícia ostensiva na cidade, poderia ter sido evitado. Agora, como não tem viatura policial nenhuma, não tem policial militar nenhum na cidade, lotado lá, a bandidagem começa a levar uma vantagem a mais, porque já se leva a vantagem pela impunidade, pela falta de condições que as polícias têm. Agora, quando não tem polícia, é uma festa e acontece exatamente isso que aconteceu. Estamos cobrando a investigação e o Secretário da Segurança vem e diz que estamos faltando com a verdade. Queremos que a investigação leve ao criminoso e que haja a punição, porque senão amanhã poderá ser outras criança de nove anos ou de seis que será novamente seqüestrada, violentada e assassinada e jogada dentro de um saco plástico em uma viela ou em um terreno baldio na periferia de Curitiba.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Cida Borghetti, que está preocupada e muito com esse assunto, como de sorte todas as pessoas de bem estão, porque amanhã pode ser o seu filho, o seu neto, o seu irmão. Nós estamos cobrando polícia. Agora, não se pode cobrar ação de polícia onde não tem polícia e em Quatro Barras, não há. Tem a Polícia Civil, uma Delegada que quer encontrar soluções para os problemas, mas quando tem que fazer uma investigação, tem praticamente que fechar a Delegacia para ir atrás e investigar e assim, não funciona. Então, o Secretário da Segurança Pública do Paraná deveria, ao invés de ficar se preocupando em responder ao Deputado José Scarpellini, ir lá em Quatro Barras, levar um posto avançado da Polícia Militar, levar viaturas, material humano, policiais para trabalhar, em Quatro Barras, em Campina Grande. Mas, hoje o caso específico é Quatro Barras. Mas, ele não vai, não comparece, porque lá não tem televisão, não tem rádio, os holofotes - e falaram até em gel referenciamento, que ele está preocupado com esse processamento. Eu estou descrente. É fuga de presos em Cascavel, em Apucarana, em Cambé, lá em Andirá, na terra do Presidente, houve uma fuga em que fugiu todo mundo, só ficou preso o policial. Há uns meses atrás, mas aconteceu.

É inacreditável o índice de criminalidade em algumas cidades do Paraná, está acima, mais disparado, da pesquisa do Governador Roberto Requião, que dá a ele 83%. O índice de criminalidade em alguns lugares está batendo um recorde até da Baixada Fluminense, só perde

para a pesquisa do Governador Roberto Requião. Para isso ninguém conhece ganhar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Bloco do PTB/PL/PMR.

(**Declinam**)

PDT Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero voltar aqui a dois temas que não tivemos tempo e condições de poder contrapor.

Eu me refiro à Sessão de ontem em que o Deputado Rafael Greca disse que o Paraná possui uma das contas de luz mais baratas do Brasil, cobrada pela Copel, e também, quando Deputado Ângelo Vanhoni falava do desconto que o Governo do Estado deu quando do reajuste autorizado pela Aneel nas contas de luz e Copel não transferiu este reajuste para a população.

Trago primeiro aqui duas contas de luz e de água que mostram como a diferença é gritante. Tenho uma carta que recebo do jornalista Rui Terra, pessoa muito conhecida em Londrina, trabalhou muitos anos em Brasília, hoje está aposentado. Ele, na comparação entre o Paraná e São Paulo, diz que os preços dos pedágios de lá, mais a belíssima conservação das estradas com as rodovias do Paraná, todas esburacadas, sem sinalização, sem segurança, e com os preços dos pedágios 40% superiores, ao Estado de São Paulo, o nosso Paraná fica devendo para o seu povo trabalhador e honesto. Aqui ele mostra as duas contas de luz.

Ele diz que é um verdadeiro roubo o que o paranaense sofre dos órgãos públicos. A conta de luz do interior de São Paulo, comparada com a conta da Copel, é a seguinte: ele está com a casa à venda, mora sozinho, vai para Campinas todas as segundas-feiras, às sete da manhã, volta nas quintas-feiras, às dez da manhã, fica em casa sozinho, toma de dois a três banhos por dia, não tem microondas, usa os computadores de um Ciber, não fica com as luzes acesas, somente a geladeira fica ligada, o resto tudo desligado. Aqui a conta de luz da Copel, 148 kwats/h, a um valor de 0,44145, e a conta de luz que ele tem a pagar de 65,33, pagou-a no último dia 15 de abril deste ano. Na verdade um consumo de energia de 22 reais os encargos são de 43.

Vejam, senhoras e senhores, que a alíquota é de 27% na conta de luz incidindo sobre o ICMS no Estado do Paraná. Em São Paulo a alíquota é de 12% e com um detalhe, esta conta não nos valores nominais de 27% desse percentual, mas é cobrada por dentro. Ou seja, quem gasta cem reais deveria pagar 127 por causa dos 27%; só que é cobrado sobre os 127 reais. O juro na verdade não é de 34. A alíquota acaba sendo não de 277,

mas de 34 reais, porque o cálculo é feito por dentro. E essa mesma família, com quatro pessoas residentes, aliás, *imigrantes paranaenses que deixaram Londrina, saíram da rua Maringá, estão há cinco anos no interior de São Paulo*, pai de 41 anos, mãe de quarenta, filhos de dezesseis e treze anos, adolescentes que usam a internet, esquecem as luzes acesas, banhos de 45 minutos e lá eles pagam 40,66 de consumo. Chegando a 50,13. Quero dizer que o Governo Roberto Requião divulga que ainda assim, pagamos a energia elétrica mais barata, uma das mais baratas do Brasil. Os jornais da semana passada de todo o Paraná gastaram páginas inteiras para anunciar o lucro recorde de 502.400 mil reais.

Quero só dizer que o desconto a que se referiu o Deputado Ângelo Vanhoni, dos 25% em 2003, quando ele era Líder do Governo, está com os dias contados. No final de junho a Copel deve acabar com esse desconto àqueles que pagam em dia. E isso na verdade é um tiro no pé do próprio Governo, porque essa perda de faturamento anual de 250 a 280 milhões de reais de faturamento bruto. Porque o desconto ajudou as pessoas a pagarem em dia e diminuiu a inadimplência, aumentando o consumo médio em 3,6%, isso tudo vai terminar. E o Governo, na verdade, ao invés de continuar esse desconto que seria muito benéfico para a população, que é um desconto válido de 25% cumprindo inclusive àquilo que prometeu durante a campanha, de energia barata ou de graça para a população carente. Vamos ver que esse lucro que vem subindo com a geração, com a distribuição e com transmissão de energia elétrica, vai representar um prejuízo para o próprio Estado do Paraná. Não precisa se fazer muitas contas para se chegar a tudo isso.

Lamentamos que o Governador anuncie esse “presente de grego” à população. A luz vai subir 25% no final de junho. E o apelo justamente que fazemos é esse: não acabe com o desconto de 25% para o consumidor que paga em dia a sua conta.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB) (Aparte)

O que estamos vendo é o seguinte: 502 milhões de lucro na Copel. Você pega o Balanço da Petrobras, é uma enormidade, é coisa de dez, doze bilhões de lucro. No entanto, esse lucro está saindo das costas dos brasileiros.

Ouvimos o discurso do PT, do Lula, ouvimos o discurso do Fernando Henrique Cardoso, que não tem negócio de Partido, nem nada. A questão é a seguinte: o povo é que está fazendo dar esse lucro nas estatais. E aí a estatal começa a dar muito lucro, começa a ter vontade da privatização, a venda das estatais. O dólar baixou no mundo inteiro. O Brasil vai ser auto-suficiente em petróleo.

No entanto, nossa gasolina é uma das mais caras do mundo, está anunciando para dentro deste mês, que será auto-suficiente. O povo precisa começar a tomar as providências, realmente, com as próprias mãos, boicotando, fazendo alguma coisa, porque não dá mais para viver com o preço da energia, seja o combustível, seja a energia elétrica, tudo está muito caro no Brasil. E o PT

não teve solução, o PSDB também não, o PMDB não teve, meu Partido, o PSB não vai ter. O povo é que vai ter que fazer as grandes manifestações, porque fica-se brigando, muitas vezes, por nada.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT) (Aparte)

Deputado Barbosa Neto, é preciso ver, nesta Casa, quando é que o ICMS da Copel passou de dezessete para 27,5%. E também quando é que houve a mudança da questão da comunicação, porque aí o Governo passou a arrecadar extraordinariamente mais. V. Exa. faz um discurso pertinente. É preciso discutir estas questões porque este aumento do ICMS cai na conta do cidadão. V. Exa. tem toda razão. E ontem, aqui, o sindicato dizia que o maior analfabeto é o analfabeto político, que não vê que está pagando impostos no feijão, nos combustíveis, enfim. Acho que este tema é muito interessante e V. Exa. levanta numa hora oportuna.

Muito obrigado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Agradeço aos apartes dos Deputados Scarpellini e Beraldin. E, só para fechar, é lamentável que estamos perdendo para outros estados, sendo que somos os maiores geradores de energia deste país, com a Itaipu e outras usinas hidrelétricas. Infelizmente, é uma triste constatação, quando temos a maior alíquota - ou pelo menos uma das maiores - caindo por terra. Aqueles outros argumentos, estamos trazendo, na prática, comprovando aqui que a tarifa mais baixa do Brasil é uma falácia, por parte deste Governo.

Agradeço também os apartes que contribuíram conosco. Mais uma vez frisamos nosso apelo ao Governador Roberto Requião, para não acabar com este desconto de 25% para o consumidor que paga em dia sua conta de luz. E lamentamos que iremos perder um londrinense, um paranaense, que vai embora para Campinas, mais um migrante, porque não suporta mais pagar as tarifas e impostos cobrados em nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Solicitaria, se V. Exa. me permitir, encaminhar ao meu gabinete, o pronunciamento feito na tarde de ontem, no encaminhamento da votação do nepotismo, do Deputado Ângelo Vanhoni, para que eu possa ter no meu acervo de memória.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Estamos encaminhando à Seção de Taquigrafia, pedindo as providências.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Gostaria de requerer a V. Exa. que pudesse me fornecer pronunciamento do Deputado Barbosa Neto, no que tange à cobrança do ICMS sobre o valor total da

conta, para que a Comissão de Defesa do Consumidor, da qual eu sou Presidente, possa se reunir e tomar as providências com relação a isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Com certeza, vamos providenciar.

No horário destinado ao PFL, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi atentamente o Deputado Barbosa Neto, colocando que o preço da energia elétrica no Estado do Paraná é um dos valores mais elevados do nosso país. E gradativamente vou entendendo porque é que a Copel tem que cobrar mais dos paranaenses a energia elétrica.

Hoje, vamos votar o requerimento de pedido de urgência de votação de um projeto que autoriza o Governo do Estado, através da Copel, a comprar a UEG Araucária. Quem se lembra da usina de gás de Araucária? Que o Governador do Estado do Paraná falava aos quatro cantos, no começo do seu mandato, que aquela usina que o Governador anterior autorizou a ser construída era uma bomba atômica, que na hora que acionasse o botão para ligar essa usina, iria explodir? Está em todos os jornais do Estado, no começo do mandato do Requião, ele, questionando e criticando aquela usina que foi construída no Estado do Paraná com uma pequena participação de 20% da Copel.

Um grupo americano investiu no Brasil, investiu no nosso Estado, para poder construir essa termelétrica no município de Araucária. E agora estamos vendo aí o Governo mandando uma Mensagem à Assembléia Legislativa para que ele possa comprar a bomba atômica!

Entendam, Srs. Deputados, a posição do Governador Roberto Requião. O que mudou? E pior, aqui na Casa, no ano de 2003, tivemos uma CPI da Copel, e os Deputados Tadeu Veneri e Marcos Isfer participaram dessa CPI, e deixaram claro a situação que essa usina estava, publicamente; até recortes de jornais da época, com a posição de que a CPI da Copel colocava, com relação a essa usina UEG.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Obrigado, Deputado Plauto.

Preocupa-me esse tema, porque já falei com o Deputado Iensen, que foi sub-relator naquela ocasião, dos temas tratados a respeito de compra e venda de energia, e entre os temas estava, justamente, a usina elétrica à gás de Araucária, que no relatório foi sugerido, inclusive, à época, que fosse feita a compra por cerca de sessenta milhões de dólares.

2006

mento que não deveria ser feita por-
ealmente problemas, se entrasse em
trubaria o sistema todo; se fizesse a
nafta de gás poderia haver uma grande
a região, se a usina tivesse o gás recebido
que é um gás que segundo a configuração
a gás adequado àquilo que foi comprado.

Agora, pedi ao Deputado Iensen, há dias atrás,
quais foram as medidas tomadas pelo Governo do Estado
para, no caso, se houver a autorização de compra, para
suprir esses defeitos.

Eu até sugeriria, no momento adequado, que antes
de qualquer medida, de discutir projeto de urgência, ou
qualquer coisa, realizássemos algumas audiências públicas.
Faço, inclusive, Deputado Plauto, essa sugestão, Deputada
Elza, aliás, as nossas três Deputadas que estão compondo a
Mesa hoje, acredito que deveríamos fazer audiências públi-
cas, porque no último final de semana, li novamente toda a
CPI da Copel e reli todos os trechos onde os técnicos, os
engenheiros vieram a esta Casa, contestaram aquela afir-
mação, são cerca de cem páginas, e mesmo assim houve a
decisão que essa usina teria problemas.

Então, parece-me que antes de qualquer coisa é
preciso que nós, até por precaução - acredito que é uma
medida correta desta Casa - ouçamos pessoas ligadas à
Copel, que tinham posições opostas daquela que apresen-
tam hoje. Não me parece que esta Casa possa votar abso-
lutamente nada hoje, nada neste momento, sem ter
conhecimento do que mudou de lá para cá.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Obrigado pelo aparte, Deputado. Só quero reafirmar
aqui que a repercussão da CPI foi tamanha que o Governador
quando viu as investigações mandou editar e distribuir
uma cartilha informando que a usina iria explodir.

Portanto, não temos condições neste Poder, de
votar "com os olhos vendados", um projeto como esse
que autoriza o Governo a comprar a "bomba atômica",
que ele mesmo tanto criticou.

O Sr. Raul Munhoz, engenheiro da Copel, deu um
parecer para a CPI, na época, condenando essa usina. Daí
eu penso e pergunto a vocês: o Deputado Tadeu Veneri
falou em sessenta milhões de dólares, que era o valor
dessa usina para poder ter o comando acionário dela.

Sabe quanto o Sr. Requião está pagando pela
bomba atômica? Cento e noventa milhões de dólares!
Isso está cheirando, Deputado Neivo Beraldin, o senhor,
que é da Comissão de Fiscalização, um grande fiscaliza-
dor desta Casa, tem alguma coisa "embaixo dessa
farofa". A Copel, periodicamente, é envolvida nesse tipo
de problema. Acho que temos que investigar. Cento e
noventa milhões de dólares? Está estranho. Tem alguma
coisa errada. Está cheirando mal. Em cima da eleição?
Precisamos nos aprofundar nessa investigação. Não está
em uma linha correta.

Depois de tudo o que falaram dessa união, depois
de tudo o que a CPI mostrou, agora, quietinho, regime de

urgência na Ordem do Dia, para nós votarmos rapida-
mente esse projeto para negociarem e comprarem a
"bomba atômica" que está instalada em Araucária.

Acordem, Srs. Deputados! Temos um projeto de
lei, uma mensagem do Governador que precisamos inves-
tigar. Está cheirando mal e, novamente a Copel envolvida
nas irregularidades, pelo que tudo indica.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero crer que essa mensagem que foi encami-
nhada à Assembléia Legislativa para compra da usina de
Araucária, deve ter o parecer do Dr. Botto de Lacerda,
recomendando essa prática, porque ao contrário, só ouvi-
mos falar mal da usina.

Só se o Governador, para desvalorizar a usina,
estava falando mal para pagar mais barato, mas V. Exa.
confessa, agora, que ele está pagando mais caro. Então,
alguma coisa, realmente, precisa ser esclarecida à Assem-
bléia Legislativa do Paraná, porque aquilo que era um pés-
simo negócio, ia explodir, que era inviável, do ponto de
vista econômico-financeiro, de repente passa a ser uma
proposta de aquisição por parte do Governo do Paraná.

Precisamos saber quais são, realmente, as causas
que estão levando o Governador Roberto Requião a fazer
essa propositura. Pelo que sei e pelo que convivi com o
Governador, ele é uma pessoa honesta. Não tenho nada a
dizer, gostaria até de poder falar ao contrário, mas não
tenho nenhuma prova que pudesse contribuir para dizer:
"o Governo Roberto Requião é um homem desonesto".
Quanto a isso, não quero falar. Agora, que a proposta não
está em uma linha lógica é verdade, e isso nós precisamos
esclarecer. Temos, aqui, um outro *expert* em assuntos
econômico-financeiros e de fiscalização, que parece um
radar, o Deputado Neivo Beraldin. Ele ouve falar qual-
quer coisa e já deixa a sua marca. Quero crer que esse
assunto precisa ser discutido e esclarecido, aqui, na
Assembléia Legislativa. É o meu aparte.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Vou aproveitar esse aparte para convocar os mem-
bros da Comissão de Fiscalização e Controle para terça-
feira, às 9 horas, onde vamos convocar os Diretores da
Copel e todos os envolvidos para que façamos uma audi-
ência pública para elucidar esse tema.

Sem querer adiantar se há coisa errada ou não, mas
a Comissão não vai se omitir de fazer essa audiência
pública, terça-feira, às 9 horas. Desde já ficam convoca-
dos todos os membros da Comissão de Fiscalização e
Controle desta Casa.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Para concluir, Sr. Presidente. O Deputado Scarpe-
llini falou do radar, na verdade é que "onde há fumaça há

fogo". Temos na Comissão de Fiscalização, o radar que vai já com essa audiência pública poder elucidar muita coisa que me parece que está por acontecer e temos que fiscalizar.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Deputado André Vargas, do PT.

Liderança do PT: Deputado André Vargas

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas:

Ontem, foi um dia duro para esta Assembléia. Por mais que os discursos queiram falar o contrário, o sinal que emitimos à sociedade paranaense não foi dos melhores. Não foi dos mais edificantes muito menos o método de convencimento usado aqui até a véspera da votação. O sinal concreto que emitimos foi de que a Assembléia acabar com o nepotismo não vai ser coisa simples. Não se enganem.

Hoje, nós temos as galerias lotadas, naturalmente muitos nos alegra aqueles que aqui estão, é importante, a imprensa. Mas, é importante também que tudo o que se fala, tudo o que se faz, fica gravado, as notas taquigráficas podem ser requeridas. Os votos são conferidos e também as posições são afirmadas, reafirmadas, ou se eventualmente alteradas, é possível, as pessoas podem mudar de opinião. Isso é da democracia, é da construção do consenso coletivo, mas mudar de posição sem justificativa, tentando achar álibi, dissimulando, não justificando, desapeparecendo do plenário, omitindo-se, não é algo que engrandeça este Parlamento. Muito menos é algo que tenha engrandecido o nosso Partido que, lamentavelmente, quatro companheiros se ausentaram. Lamentavelmente!

Não fico feliz em vir a este plenário e nem quero expor as já públicas censuras do nosso Partido. E também não quero pautar a imprensa e dizer o que a imprensa coloca nas primeiras páginas ou não coloca.

Entendo que a responsabilidade que o Partido dos Trabalhadores tinha ontem não foi cumprida integralmente. E assumo aqui. Mas, querer atribuir ao PT única e exclusivamente ao PT, a derrota que ontem o povo do Paraná sofreu, é de uma parcialidade, é de um cinismo, é de faltar com a verdade na medida em que os Deputados do PSDB também aqui não estiveram. Quatro Deputados, assim como o PT. Uma Bancada mais ou menos do mesmo tamanho. Também não quero aqui, e nem faz bem ficar remoendo o passado, porque virão novas votações, este tema está aí candente.

Não é este Parlamento que vai escolher pura e simplesmente o que vota e o que não vota, porque o debate sobre o nepotismo não tomou conta deste Estado, graças ao projeto do Deputado Tadeu Veneri, que foi importante. Esse debate tomou conta deste Estado, porque o Governador assumiu essa postura de ser um "nepotista" mili-

tante e para além disso, eivado nessa crise nacional que nos assola a todos e muito especialmente ao meu Partido, a sociedade passou a exigir o fim do nepotismo.

O Conselho Nacional de Justiça da reforma do judiciário fez esse movimento, foi ao Supremo, porque foi questionado por juízes que diziam que nomeavam os seus parentes, por notória especialidade. Aliás, notória especialidade que está aí o novo projeto que tramita nesta Casa. Certamente, notória especialidade tem Eduardo Requião, psiquiatra, que administra da forma como administra o porto. Mas, esse debate tomou conta no Supremo, no Judiciário, definitivamente, sepultou lá, que fato era o poder mais contaminado por essa prática. Ao sepultar, trouxe essa pauta viva, porque a sociedade se movimenta para além deste Parlamento. Não temo só 54 representantes, porque a sociedade é vida, as pessoas pensam, decidem, sentem e também cobram posições dos seus Parlamentares e representantes muito bem pagos. Portanto, essa pauta está dada pela sociedade. Se não resolvermos, a sociedade ou o Congresso Nacional vai resolver. Enfim, estamos atrás do sentimento nacional e paranaense.

Alguns quiseram dizer aqui que o Deputado Tadeu Veneri permitiu o nepotismo cruzado, aliás, que ele não acabava com o nepotismo. Ora, o projeto estava aí para ser votado e derrubado. Faz um ano! Era uma emenda constitucional ampla, que estabelecia limites e foi negociado com membros do Governo. Agora, os corredores falam que o Governo pode, eventualmente, retirar a sua proposta. O Governo, que pautou essa disputa, como se fosse Oposição e Situação, constrangeu Deputados, inclusive do meu Partido, a votar contra a proposta. Dizem agora que aquela proposta que proibia o nepotismo cruzado pode ser retirada. É um alerta que estou fazendo, nem uma assertiva, para que se eventualmente sonharam em fazer, não o façam, porque seria a desmoralização deste Parlamento e a desmoralização daqueles que, de boa-fé, entendiam que aquele projeto era mais adequado e não apenas uma manobra para fugir do tema.

Quero dizer que elogio o esforço que fazem os Deputados que mudaram de posição, também do PMDB. Porque não foram só os do PT que mudaram de posição. O Deputado do PMDB mudou de posição. A justificativa era, porque a proposta do Deputado Tadeu Veneri não combatia o nepotismo cruzado - proibia, sim, que os Deputados Nelson Justus ou Scarpellini, trocassem de nomeações, porque sobre esse poder nenhum dos eventuais parentes poderiam estar nomeados, seja no gabinete da Presidência, do 1º Secretário ou qualquer gabinete.

Outra coisa importante sobre isso, querer estigmatizar o PT pela derrota, nós não nos negamos a assumir essa responsabilidade, o que lamentavelmente ocorreu. Mas, é importante que configure-se que na primeira votação aqui esteve o Presidente do PSDB e ameaçou os Deputados do seu Partido que não votassem, de não ter legenda. É bom que dê curso, portanto, se eventualmente continua com essa posição. Mais do que isso Deputado, - e falava agora com o Deputado Nelson Justus e ele argu-

mentava dizendo que quando conversa com o Governador - e isso é muito bom, porque é bom que os Poderes se conversem, que os Parlamentares conversem quando podem, quando são ouvidos e tenho certeza que o Deputado Nelson Justus não ouve só ordens. Mas, é importante que estabeleçamos critérios e o Deputado Nelson Justus disse algo que deveria valer para todos nós, ele sempre disse: não me peçam para mudar de posição, porque isso não faço.

Estabelecer limites na relação, não permitir que o constrangimento, a ameaça que o Deputado José Maria sofreu e ouvi de soslaio que ele não teria legenda se eventualmente votasse com o PMDB, que isso não se configure, que as promessas, que as propostas, que as ofertas, que as ameaças feitas não se configurem, até porque cederam mesmo à pressão e mudaram de posição, pelos motivos que acham que têm e que se forem nobres, ótimo!

Aguardemos! Duas propostas aí estão. Vamos participar do debate e tenho certeza que tem gente de boa-fé acreditando que o Governo quer, sim, acabar com o nepotismo, inclusive no primeiro escalão, tenho certeza. Mas, receio também, que pode haver manobra no ar.

Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

No Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança da Oposição: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quero crer que não houve nenhum tipo de chantagem, nenhum tipo de pressão. Quero crer que o Governador Roberto Requião nem estava acompanhando essa Sessão da Assembléia ontem, não estava ele preocupado com o resultado da votação do nepotismo aqui na Assembléia. Assim como o Lula não sabia do mensalão lá em Brasília, o Governador Roberto Requião também não sabia dessa questão do nepotismo que esta sendo votada aqui, tanto que mandou uma proposta para cá, para aperfeiçoar o texto de uma proposta que caminha por aqui nas Comissões ainda, em um momento anterior, a esse que vimos ontem aqui na Assembléia, quando este Plenário se viu na obrigação de se pronunciar sobre um assunto que 82% da população do Paraná está a clamar e falar.

Quero crer que como a proposta que estava aqui dava seis meses de prazo para ser implantada se fosse aprovada ontem, que nós temos um período de confiança aí a dar ao Governador do Paraná e à sua Bancada, e àqueles que votaram ou não votaram aqui, ontem. Nós só iríamos ver na prática essa Emenda Constitucional do Deputado Tadeu Veneri ser concretizada depois de seis

meses da sua promulgação, ou seja, seria a partir da semana que vem, em seis meses se ela tivesse sido aprovada. Então, temos que aguardar o "andar das carruagens" e ver o que realmente vai acontecer. Daqui até as eleições vamos ter muitos dias e "dias buenos", quem sabe teremos muitos "severianos", que não seja chique-chique e nem a chique-chique, mas teremos, sim, para que a população do Paraná possa discutir, avaliar e ver o que realmente vai acontecer no Paraná neste período que nós temos de agora às eleições de outubro.

O Brasil vai ser discutido de Norte a Sul, de Leste a Oeste, com relação ao mensalão do Deputado José Dirceu, vão ser discutidos os vestidos da madame Lu, lá em São Paulo, se é 400, se é 1200, se é 40, tudo vai ser discutido.

Acredito que vamos ter tempo para discutir o gás da Bolívia, o gasoduto, a indústria de metalurgia que está se instalando em Porto Soares, que agora o Governo da Bolívia já disse que não vai permitir que se instale e já estão jogando para fora de lá empresários brasileiros que acreditaram no setor metalúrgico e para lá foram para transformar o metal bruto em aço e fazer gerar e crescer divisas para o povo boliviano.

Vamos ter tempo para discutir os onze bilhões de reais que a Petrobras está ganhando, ganhando com o super preço da gasolina, do álcool, do óleo diesel, encarecendo e inviabilizando a agricultura brasileira, porque os tratores que puxam os arados já não conseguem se pagar na despesa com o óleo diesel.

Vamos discutir o lucro da Itaipu Binacional - isto tudo vai passar lá no fundo do buraco da agulha. O povo vai ter oportunidade de saber muita coisa que não sabe - saber por que foi privatizada no Governo FHC a maior e a mais próspera mineradora do mundo que é a Vale do Rio Doce. Tudo isso é o Brasil que nós não vimos, não discutimos e que meia dúzia de Deputados, reunidos lá no Congresso Nacional, um dia resolveram vender e resolveram fazer em nome do povo do Brasil.

E aí ficamos muitas vezes aqui brigando por um município ou por outro, querendo tomar um diretório de um companheiro de Partido e enquanto isto o povo vai pagando com o seu sacrifício, com a fome e com a miséria, a nossa indisciplina política.

Eu via agora recentemente, Sra. Presidente Arlete Caramês, milhares de agricultores no Brasil estão sendo penalizados pela Justiça Federal, porque o Brasil assinou o Tratado de Basiléia - Basiléia é uma cidade na Suíça - que obriga os Bancos a vender os seus créditos.

Então, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica venderam os seus créditos, os créditos dos inadimplentes da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, venderam para o Tesouro Nacional e o Tesouro Nacional agora aciona um agricultor do interior do Paraná, de Pernambuco, de São Paulo, de Minas, que devem no Banco do Brasil, como se ele fosse devedor do fisco e aí aquele pequeno lavrador, agricultor que, muitas vezes, passou a ser inadimplente porque não teve preço o seu produto ou não pode colher pelas intempéries da natureza é acionado

agora como se fosse devedor do fisco. Ali já incidem as multas, um novo custo sobre aquelas execuções e ele é executado como se fosse um sonegador!

Estamos vendo que milhares de agricultores pelo Brasil estão sendo acionados, agora na Justiça Federal, por causa do Tratado de Basiléia que o Brasil subscreveu e que se obrigou a colocar os inadimplentes da Caixa Econômica e do Banco do Brasil como se fossem devedores do fisco porque o Governo transferiu esses créditos para o Tesouro Nacional. O Tesouro executa, através da Justiça Federal, pequenos produtores e pequenos devedores. Daqui a pouco vamos ver o devedor da caixa Econômica, do antigo sistema de habitação, sendo executado pela Justiça Federal como se fosse devedor do fisco, com juros e multas porque ele passou a ser devedor do fisco, da União e como tal o tratamento é igual para todos, com multas, juros exorbitantes e acionado pela Justiça Federal que, inclusive está fora da sua jurisdição porque quando a dívida foi contratada foi com o Banco do Brasil e com a Caixa e eleito seria a Justiça comum e não a Justiça Federal para execução! Mas o Brasil, para cumprir o Tratado de Basiléia, faz este absurdo com o seu povo, com a sua gente!

Tudo isso será discutido na próxima eleição, Sr. Presidente Hermas Brandão, Sras. Deputadas Arlete Caramês, Cida Borghetti.

Fico agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No horário da Liderança do Governo, Deputado Dobrandino.

Antes do Deputado Dobrandino usar da palavra, quero participar aos Srs. Deputados, conforme foi distribuído hoje no Diário da Assembléia, está aberto o prazo de três dias para apresentação da proposição PEC 27/06 do Poder Executivo, de nepotismo. O referido prazo para emendas encerrar-se-á na próxima terça-feira, dia 25 de abril, às 18 horas. As emendas também poderão ser apresentadas no protocolo geral da Assembléia.

Também solicito aos líderes partidários do PT, do PMDB, do PFL, do PSDB e do PDT a indicação dos membros para compor comissão que irá analisar a referida PEC. Peço aos líderes partidários que façam esta indicação até a próxima terça-feira, também até às 18 horas.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para registrar a presença na nossa tribuna de honra, do Bispo Cirino Ferro, da Comunidade Sara Nossa Terra, uma das maiores igrejas evangélicas do Brasil, juntamente com a sua equipe. Agradecemos suas presenças aqui.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, indago a V. Exa. se tem uma projeção de data para votarmos essa nova PEC?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Existe, nobre Deputado. Temos que agora receber as indicações dos Deputados que farão parte da Comissão, esta comissão terá um prazo legal para apresentar esse parecer e logo em seguida estará à disposição para ser votado em plenário.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Sua intenção é estabelecer um novo round em seguida?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vamos colocar em votação. Também gostaria de avisar aos Srs. Parlamentares que depois desta Sessão teremos outra, antecipando a Sessão de amanhã para o dia de hoje.

Quero passar a Presidência à minha companheira Vice-Presidente Arlete Caramês.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dobrandino da Silva.

Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna, embora hoje seja uma Sessão aparentemente sem galerias, com baixo quórum de Deputados, apenas para fazer considerações aos pronunciamentos de três Deputados que me antecederam. Preciso responder o seguinte: começando pelo pronunciamento do Deputado Barbosa Neto, que trazia no seu discurso a fragilidade das estradas do Paraná, e uma série de considerações. Não posso concordar. Respeito o pronunciamento do Deputado. Vivemos em democracia, mas não posso concordar com aquilo que acho que não é verdade. Esse discurso do Deputado Barbosa cabia há três anos atrás, mas hoje, com o esforço do Governo, fazendo uma revolução nas estradas do Paraná, não cabe, no meu ponto de vista.

Está aqui, um artigo, Deputado Barbosa, escrito pelo Prefeito de Cascavel, que não é do nosso Partido, é do PPS. Ele diz o seguinte: "só nas estradas, dentro de Cascavel, o Governo investiu 54 milhões. Só em Cascavel. E ninguém fez em Governo nenhum nesse período. Como tem investimento em infra-estrutura na cidade de Cascavel que passa de cem milhões". E isso vem sendo feito, Deputado Barbosa, principalmente no Norte Pioneiro, em várias regiões do Paraná. O Vale da Ribeira que era um vexame, nunca ninguém resolveu. E este Governo resolveu.

Não cabe, na verdade, essa avaliação de V. Exa. Claro que tem estradas ainda para serem consertadas. O Deputado Scarpellini conhece bem. Estava tudo assim, com exceção das pedagiadas que foram feitas contra a vontade do povo para tomar dinheiro. As outras todas estavam intransitáveis. E esse Governo teve a responsabi-

lidade de, com uma luta enorme, com esforço, recuperar o Estado do Paraná. Pode não ter chegado nesse ou naquele trecho, mas está fazendo e vai chegar com certeza. Por isso, defendo e espero que vai chegar em todas, porque o povo vai reeleger esse Governo pelo trabalho que está fazendo. Desculpe, Deputado Barbosa, é o meu ponto de vista, mas na verdade não cabe este discurso.

Com relação ao discurso do meu amigo Plauto Miró Guimarães: esse cheiro que V. Exa. fala é muito menos que o cheiro que teve da venda da Copel. Já falei com o Diretor da Copel, Deputado Plauto, sabia que a matéria iria tramitar e que teria polêmicas. A Copel já se colocou à disposição, eles vêm para cá a hora que chamarmos para esclarecer ponto e vírgula dessa discussão.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL) (Aparte)

Já está convocado pelo Deputado Neivo Beraldin na terça-feira; já estão convocados todos eles para explicar.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Pode ser até na segunda-feira. O Dr. Rubens me disse: vou a hora que vocês quiserem, para explicar para os Deputados, para que não paire dúvida. E neste Governo, duvido que tenha na verdade indícios, por exemplo, ou como dizia o Deputado, tem cheiro... não é verdade. O Governo Requião é um governo sério e responsável e todo governo que é responsável, não pode cometer isso que foi falado na tribuna, não pode deixar abandonadas as estradas; não pode trazer nenhuma proposta que seja superfaturada ou coisa dessa natureza, porque esse governo é responsável. Imagino que o Requião nunca deixaria acontecer isso.

Temos no Paraná um Governo que está trabalhando em seu favor. É sério e responsável e eu posso falar. Amanhã, pode acontecer diferente, mas hoje, posso falar que este Governo não rouba e não deixa roubar. Pode acontecer em outros escalões, mas posso dizer que confio nisso. Não posso concordar com isso, mas onde eu quero chegar é o terceiro ponto da questão.

O Sr. Vanderlei Iensen (PMDB)

permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Estava acompanhando o pronunciamento do Deputado Plauto Miró sobre a questão da UEG em Araucária e quero lembrar aos colegas Parlamentares que eu fui o sub-relator da CPI justamente na questão da UEG. Acompanhamos essa situação e eu quero, na oportunidade em que o pessoal da Copel estiver aqui, pronunciar-me com detalhes a respeito do meu relatório que depois foi aprovado pela CPI. Quero dizer que só nessa questão da UEG Araucária, a Copel está economizando um bilhão e quinhentos milhões de reais e pelo contrato que estava assinado, deveríamos estar pagando. Então, é algo que me causa estranheza, reclamar de um acordo que estamos fazendo. Estamos comprando essa usina por um preço muito pequeno em relação ao que o Governo ante-

rior assinou, num contrato abusivo, absurdo. Vamos trazer os números e vamos poder colocar aos Parlamentares o que aconteceu com a UEG Araucária. Só esclarecer e vamos estar aqui na terça-feira.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Respondendo ao Deputado André Vargas. Tenho respeito pelo seu trabalho e liderança no Paraná, mas, mencionou o nome do Governador, tenho que me pronunciar. Ouvi o discurso do Deputado Scarpellini, onde coloca a nível nacional que isso seria, na verdade, nepotismo. Nepotismo é o símbolo da contratação de parentes, mas pior do que isso, é lá em Brasília, o mensalão.

Mas, queria fazer apenas uma pergunta: e o nepotismo lá em Itaipu, por exemplo, onde o Prefeito não se elege pelo PT ou acaba o mandato, deixa um rombo enorme e está lá na Itaipu? Isso não é nepotismo, por acaso? Ou a contratação de um cargo de confiança, que vai de "40 mil amigos do rei"? Nepotismo é aquilo que é errado, que rouba o dinheiro do povo. Isso é nepotismo. Agora, trazem aqui, como se o único mal do Brasil ou do Paraná, fosse o nepotismo! Claro que isso é um mal e eu assumi publicamente que fãmos derrubar essa lei, mas vamos apresentar uma lei mais eficiente que essa, muito mais. Se fosse um mal do Governo do Paraná, mas esse é talvez um dos menores do que a grande roubalheira que tem Brasil afora. Isso é nepotismo.

Concedo aparte ao Deputado Stica.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Agradeço e quero entrar nessa questão, já que não tive oportunidade quando o Deputado André Vargas usou o espaço do PT. Agora, acabamos de receber do Presidente, a determinação da criação da Comissão que vai discutir a PEC do nepotismo. É exatamente isso que nós, e não só os quatro que concordam com o Deputado André Vargas. Não foram os quatro Deputados do PT apenas. São 24 Deputados e Deputadas que não queriam votar naquela proposta, porque entenderam que não era a proposta mais completa. Esta Casa tem a oportunidade agora de fazer a verdadeira discussão, de acabar com o nepotismo de verdade, inclusive, vai atacar alguns gabinetes de alguns Deputados que têm, sim, a prática do nepotismo.

Portanto, vamos fazer para valer esta discussão, porque este é o real interesse e os quatro Deputados do PT que se ausentaram ontem, não mudaram de idéia. A idéia é a mesma. É o fim do nepotismo, sim, a primeira proposta do Deputado Tadeu Veneri que veio com muita eficiência e parece que é uma cópia do Rio Grande do Sul, foi deturpada e estávamos sendo massa de manobra da Oposição que estava apenas fazendo uma guerra entre o que se chama de nepotismo e tentar desgastar o Governador. Temos responsabilidade. Não podemos entrar nesse engodo. Temos responsabilidade no cargo que nos foi outorgado. Por isso, vamos discutir com seriedade, sim, o fim de nepotismo nesta Casa e

somar os 24 Deputados e mais os 29 que ontem votaram na PEC, quarenta, para fazer uma verdadeira proposta, acabando definitivamente com o nepotismo no Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Não quero vir aqui para defender os quatro Deputados do PT que votaram junto conosco, com o PMDB, obstruíram a Sessão para combater aquela PEC e nos ajudar a apresentar a outra. Não quero defender. Eles têm o Partido deles e dizer que nós protegemos o Deputado José Maria, que é do nosso Partido. O Deputado José Maria é um grande Deputado do PMDB e sabíamos que ele não seria prejudicado, de forma nenhuma, em função do seu posicionamento. O nosso Partido é democrático. Defendemos os pontos de vista. Podemos não concordar com essa ou aquela idéia ou ponto de vista deste ou daquele Deputado, mas respeitamos.

Então, o Deputado José Maria não corre nenhum risco de represália. Não faremos isso. De agora em diante, nós, junto com os Deputados que compõem esta Casa, vamos construir uma lei que possa, não apenas combater o nepotismo, mas que ajude na prática daqueles que usam o poder, que usem com seriedade no nosso Paraná, para que o Paraná não passe por nenhum vexame como já passou em outros tempos.

O Paraná é um Estado de gente boa, gente séria, um Estado de pujança enorme no contexto nacional. Ele precisa continuar sendo bem governado como está hoje. Acreditamos no Paraná, na Assembléia Legislativa, que dará todo o respaldo para aqueles que, bem intencionados, querem trabalhar para o Estado do Paraná.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) **(Pela Ordem)**

Fizemos um questionamento e o Deputado Dobrandino não respondeu e se a Mesa poderia responder, se existe, e se foi feita uma solicitação de indicação, e de fato, se é uma articulação para retirar o projeto do Governo que tramita nesta Casa. Se não há, passamos tranquilos e vamos participar efetivamente, porque é um debate que interessa não ao PMDB, nem ao PT, mas ao Paraná.

Sr. Presidente, ele já respondeu.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Só para registrar a presença do nosso ex-companheiro e grande Prefeito de Campo Mourão.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, quero deixar uma pergunta no ar, ao Plenário da Assembléia. Estranho o que está acontecendo com a companheirada do Partido dos Trabalhadores. Parece que mudaram, depois que chegaram ao poder.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Isso não é Questão de Ordem, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Não cabe Questão de Ordem.

Sobre a mesa há um requerimento antecipando a Sessão do dia 20, quinta-feira, para logo após o término da presente Sessão Ordinária, de autoria do Deputado Elton Welter.

Em votação.

Aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, solicito verificação de quórum para prosseguimento da Sessão.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sra. Presidente Arlete Caramês, chamada nominal.

Pela Ordem, apenas para justificar a ausência da Deputada Luciana Rafagnin, que teve que se ausentar há pouco, porque está junto com o Incra preparando a vinda do Presidente Volf, amanhã, aqui, que estará com todos os membros do Incra, e também, com cerca de mil e quinhentas pessoas que estão assentadas no Estado do Paraná. Estaremos recebendo amanhã à tarde. A Deputada Luciana está se ausentando justamente por esse motivo.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Reni Pereira)

(Procede à chamada nominal)

28 Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

O SR. NELSON JUSTUS (PFL) **(Pela Ordem)**

Sra. Presidente, o Regimento Interno da Casa, pelo que me consta e eu já fui Presidente desta Casa, *data vênica*, com todo respeito, eu não permitia que os Deputados viessem participar da Sessão se não estivessem devidamente trajados para uma Sessão, como é a nossa Casa.

Existem Deputados que não estão de acordo com o protocolo, de acordo com o que reza o livrinho. Acho que a Mesa Executiva tem o dever de tomar providências em algumas situações como essas.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Vou transmitir ao Presidente Hermas Brandão.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) **(Pela Ordem)**

Muito mais grave do que a roupa que o Deputado possa trajar neste momento, é a ausência constante da maioria ou da metade da Assembléia, em algumas vezes Deputados faltando até oito Sessões

consecutivas. Que fique consignada em Ata esta minha Questão de Ordem, porque o Regimento Interno determina a cassação do mandato. Não é possível, tem Deputado que não esteve aqui na segunda, na terça-feira, não esteve na quarta.

Até quando a Casa vai ser complacente com esse tipo de atitude? Todos os dias vou pedir a chamada nominal dos Srs. Deputados. E se ficar constatado cinco ausências constantes, entrarei na Justiça para que esse mandato seja cassado, seja de quem for.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Achei muito grave a colocação do Deputado Neivo Beraldin e submeteria à sua Presidência que ele indicasse quem é o Deputado que faltou oito Sessões. Porque se ele, como membro desta Casa, fiscalizador que é e tem o dever, porque jurou no dia da posse cumprir a Constituição do Estado e cumprir a Constituição é cumprir o Regimento Interno desta Casa, se ele tem como provar quem é que faltou oito vezes, ele tem que declinar o nome aqui. Acho que é uma questão de respeito com os Deputados que estão todos os dias aqui.

É muito grave o que o Deputado Neivo Beraldin acaba de levantar nesta Casa. Ou falamos isso com seriedade ou paramos.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

O Deputado Jocelito Canto tem o nosso apoio na manifestação, porque não podemos jogar no ar uma denúncia que atinge a todos os Srs. Deputados. É preciso que o Deputado Neivo Beraldin nomeie os Deputados que faltam oito Sessões nesta Casa, e que possam estar em curso no nosso Regimento. Assim também como apoio a manifestação do Deputado Nelson Justus. Está certo que o Parlamentar é o que é, pelo seu coração e pela sua alma. Mas, nosso Regimento existe e tem que ser respeitado na sua integralidade.

O Deputado que falta, mas também aquele que falta com aquilo que diz o Regimento, como um Deputado tem que estar vestido aqui no Parlamento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vejo esta discussão, questão de somenos importância para o grau daquilo que deveria ser a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Vejo que a denúncia do Deputado Neivo, com relação a alguns Deputados faltosos, é realmente grave, mas acredito que tenha sido uma coisa emocional, em função da falta do paletó de V. Exa. neste momento. Mas, não vamos agora começar a discutir aquilo que não é de interesse do povo do Paraná. Temos uma pauta, temos a Sessão de amanhã para ser discutida e votada, feita hoje, realizada hoje.

Então, se o Deputado posou puxando uma carroça para a Gazeta do Povo ou se faltou em comparecer a esta Sessão, todos nós temos. Estou com o sapato sem engra-

xar há uma semana. Encontro aqui com o Deputado que está com tênis, eu fui falar e ele disse que vale três, quatro vezes mais que o meu sapato. Então, isso não é de importância para este Parlamento.

É esta minha colocação, Deputado Neivo Beraldin. Vamos para frente e esqueça isto.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Quem é responsável para anotar as presenças e as ausências nesta Casa é exatamente o 1º Secretário, Deputado Nereu Moura, que acabou de se manifestar aqui.

Então, isto tem que ser de responsabilidade da Mesa e sobretudo do 1º Secretário e a Mesa Diretora da Casa. Por favor, é costumeiro e vezeiro dar cem por cento de presença para os ausentes. Ou me explique de um dia que tenha sido o contrário.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Deputado Neivo Beraldin tem o direito regimental de fazer o pedido de chamada nominal. E quando é feito, fica lavrado em Ata, assinada pelo 1º Secretário. Deputado Neivo Beraldin, que é um Deputado experiente desta Casa, ele pode muito bem pegar os documentos taquigráficos, os documentos que estão assinados na Mesa e interpelar os Deputados faltosos. Mas, jamais pode levantar dúvidas e jogar em nome de todos os Parlamentares, aqui, sem citar os nomes. Porque são 54 Deputados e quando não se cita o nome, todos ficam volúveis perante a opinião pública.

Não se pode, Sra. Presidente, tratar de um assunto sério, desta forma. Por isso o Deputado pode requerer à Mesa, estão aí os documentos e ele saberá quem faltou e quem não faltou.

Ordem do Dia:

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 36 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 036/06/GL/PFL, subscrito pelo Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, encaminhando os nomes dos Srs. Deputados da Bancada do PFL que farão parte da Comissão da Proposta de Emenda Constitucional nº 027/06, sendo o Sr. Deputado Durval Amaral como titular e o Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães na condição de suplente. À **Diretoria Legislativa, para anotar.**

Memorando subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, informando aos Deputados que está aberto o prazo de 03 (três) dias para apresentação de

Emendas à Proposição nº 027/06, de autoria do Poder Executivo, que veda a prática do nepotismo. À **Diretoria Legislativa**.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado André Vargas, para representar a Assembléia Legislativa na IX Marcha à Brasília, em defesa dos municípios, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Hermes Fonseca, para representar a Assembléia Legislativa na Reunião do Bloco Brasileiro da União de Parlamentares do Mercosul, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 868, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 20 de abril (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Apenas uma correção: acho que quando o Deputado Nereu Moura falou que os Deputados ficariam todos "volúveis" diante da opinião pública, acredito que ele quis dizer "vulneráveis", porque em nenhum momento eu ou outros Deputados estaremos volúveis. E a palavra provável que o Deputado Nereu Moura quis usar é "vulnerável".

Então, gostaria de fazer esta correção, porque volúvel é uma coisa e vulnerável é outra, completamente diferente.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Eu não sabia que o Deputado Tadeu Veneri é professor de português, Sra. Presidente.

Dispenso os ensinamentos dele. Ele pode dar aula em outra escola.

Discussão / Votação

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 258/05, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a Política Estadual para a Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 258/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I Das Disposições Gerais

Art. 1º A Política Estadual para a Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público do Estado do Paraná assegurar à pessoa portadora de necessidades especiais o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - necessidade especial - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerada normal para o ser humano;

II - necessidade especial permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo insuficiente para permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos;

III - incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal de função ou atividade a ser exercida.

Art. 4º É considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando

o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis - db - surdez leve;
- b) de 41 a 55 - db - surdez moderada;
- c) de 56 a 70 - db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 - db - surdez severa;
- e) acima de 91 - db - surdez profunda; e
- f) anacusia;

III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20° (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer;
- h) trabalho; e

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

Capítulo II Dos Princípios

Art. 5º A Política Estadual para a Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, em consonância com o Programa Nacional de Direitos Humanos, obedecerá aos seguintes princípios:

I - desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de necessidades especiais no contexto sócio-econômico e cultural;

II - estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de necessidades especiais o pleno exercício de seus direitos básicos que decorrentes da Constituição e das leis, propiciem os seus bem-estares pessoais, sociais e econômicos; e

III - respeito às pessoas portadoras de necessidades especiais, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

Capítulo III Das Diretrizes

Art. 6º São diretrizes da Política Estadual para a Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais:

I - estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de necessidades especiais;

II - adotar estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, e com organismos nacionais e estrangeiros para a implantação desta Política;

III - incluir a pessoa portadora de necessidades especiais, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à segurança social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer;

IV - viabilizar a participação da pessoa portadora de necessidades especiais em todas as fases de implementação dessa Política, por intermédio de suas entidades representativas e outros fóruns;

V - ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de necessidades especiais, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho; e

VI - garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de necessidades especiais, sem o cunho assistencialista.

Capítulo IV Dos Objetivos

Art. 7º São objetivos da Política Estadual para a Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais:

I - promover e proporcionar o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de necessidades especiais em todos os serviços oferecidos à comunidade;

II - articular a integração das ações dos órgãos e das entidades públicos e privados nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte, assistência social, habitação, cultura, esporte e lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e à inclusão social;

III - formar recursos humanos para atendimentos da pessoa portadora de necessidades especiais; e

IV - articular com entidades governamentais e não-governamentais em nível federal, estadual e municipal, visando à garantir efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de inclusão social.

Capítulo V Dos Instrumentos

Art. 8º São instrumentos da Política Estadual para a Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais:

I - a articulação entre entidades governamentais e não-governamentais que tenham responsabilidade quanto ao atendimento da pessoa portadora de necessidades especiais, no âmbito federal, estadual e municipal;

II - o fomento à formação e à reciclagem de recursos humanos para adequado e eficiente atendimento da pessoa portadora de necessidades especiais;

III - a aplicação da legislação específica que disciplina a reserva de mercado de trabalho, em favor da pessoa portadora de deficiência, nos órgãos e nas entidades públicos e privados; e

IV - a fiscalização do cumprimento da legislação pertinente à pessoa portadora de necessidades especiais.

Capítulo VI

Dos Aspectos Institucionais

Art. 9º Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta deverão conferir no âmbito das respectivas competências e finalidades, tratamento prioritário e adequado aos assuntos relativos à pessoa portadora de necessidades especiais, visando à assegurar-lhe o pleno exercício de seus direitos básicos e a efetiva inclusão social.

Art. 10. Na execução desta lei, a Administração Pública Estadual Direta e Indireta atuará de modo integrado e coordenado, seguindo planos e programas, com prazos e objetivos determinados, aprovados pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais - Conede.

Art. 11. O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais - Conede - tem sua constituição, composição e funcionamento, previstos em lei estadual específica.

Parágrafo único. Na composição do Conede, a lei disporá sobre os critérios de escolha dos representantes a que se refere este artigo, observando, entre outros, a representatividade e a efetiva atuação, em nível estadual, relativamente à defesa dos direitos da pessoa portadora de necessidades especiais.

Art. 12. Poderão ser instituídas outras instâncias deliberativas pelos municípios, que integrarão juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais - Conad -, o Conede e Conselhos de outros estados.

Capítulo VII

Da Equiparação De Oportunidades

Art. 13º. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual prestarão direta ou indiretamente à pessoa portadora de necessidades especiais os seguintes serviços:

I - reabilitação integral, entendida como o desenvolvimento das potencialidades da pessoa portadora de necessidades especiais, destinada a facilitar sua atividade laboral, educativa e social;

II - formação profissional e qualificação para o trabalho;

III - escolarização em estabelecimento de ensino regular com a provisão dos apoios necessários, ou em estabelecimentos de ensino especial; e

IV - orientação e promoção individual, familiar e social.

Seção I

Da Saúde

Art. 14. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta responsáveis pela saúde devem dispensar aos assuntos objetos desta lei tratamento prioritário e adequado, viabilizando, sem prejuízos de outras, as seguintes medidas:

I - a promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, a outras doenças crônico-degenerativas e a outras potencialmente incapazes;

II - o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidentes domésticos, de trabalho, de trânsito e o desenvolvimento de programa para tratamento adequado a suas vítimas;

III - a criação e estruturação de rede de serviços regionalizados, descentralizados e hierarquizados em crescentes níveis de complexidade, voltados ao atendimento à saúde e à reabilitação da pessoa portadora de necessidades especiais, articulada com os serviços sociais, educacionais e com o trabalho;

IV - a garantia de acesso da pessoa portadora de necessidades especiais aos estabelecimentos de saúde públicos e privados e de seu adequado tratamento sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;

V - a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao portador de necessidades especiais, quando indicado;

VI - o desenvolvimento de programas de saúde voltados para a pessoa portadora de necessidades especiais, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a inclusão social; e

VII - o papel estratégico da atuação dos agentes comunitários de saúde e das equipes de saúde da família na disseminação das práticas e estratégias de reabilitação baseada na comunidade.

§ 1º Para os efeitos desta lei, prevenção compreende as ações e medidas orientadas à evitar as causas das necessidades especiais que possam ocasionar incapacidade e às destinadas a evitar sua progressão ou derivação em outras incapacidades.

§ 2º A necessidade especial ou incapacidade deve ser diagnosticada e caracterizada por equipe multiprofissional de saúde, para fins de concessão de benefícios e serviços.

§ 3º As ações de promoção da qualidade de vida da pessoa portadora de necessidades especiais deverão também assegurar a igualdade de oportunidades no campo da saúde.

Art. 15. É beneficiária do processo de reabilitação a pessoa que apresenta necessidades especiais, qualquer que seja sua natureza, agente causal ou grau de severidade.

§ 1º Considera-se reabilitação o processo de duração limitada e com o objetivo definido, destinado a permitir que a pessoa com necessidades especiais alcance o nível físico, mental ou social funcional ótimo, proporcionando-lhe os meios de modificar sua própria vida, podendo compreender medidas visando a compensar a perda de uma função ou limitação funcional e facilitar ajustes ou reajustes sociais.

§ 2º Para efeito do disposto neste artigo, toda pessoa que apresente redução funcional devidamente diagnosticada por equipe multiprofissional terá direito a beneficiar-se dos processos de reabilitação necessários para corrigir ou modificar seu estado físico, mental ou sensorial, quando este constitua obstáculo para sua integração educativa, laboral e social.

Art. 16. Incluem-se na assistência integral à saúde e reabilitação da pessoa portadora de necessidades especiais a concessão de órteses, próteses, bolsas coletoras e materiais auxiliares, dado que tais equipamentos complementam o atendimento, aumentando as possibilidades de independência e inclusão da pessoa portadora de necessidades especiais.

Art. 17. Consideram-se ajudas técnicas para os efeitos desta lei, os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de necessidades especiais, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social.

Parágrafo único. São ajudas técnicas:

- I - próteses auditivas, visuais e físicas;
- II - órteses que favoreçam a adequação funcional;
- III - equipamentos e elementos necessários à terapia e à reabilitação da pessoa portadora de necessidades especiais;
- IV - equipamentos, maquinarias e utensílios de trabalho especialmente desenhados ou adaptados para uso por pessoa portadora de necessidades especiais;
- V - elementos de mobilidade, cuidado e higiene pessoais necessários para facilitar a autonomia e a segurança da pessoa portadora de necessidades especiais;

VI - equipamentos e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa portadora de necessidades especiais;

VII - adaptações ambientais, arquitetônicas e outras que garantam o acesso, a melhoria funcional e a autonomia pessoal; e

VIII - bolsas coletoras para portadores de ostomia.

Art. 18. É considerada parte integrante do processo de reabilitação o provimento de medicamentos que favoreçam a estabilidade clínica e funcional e auxiliem na limitação da incapacidade, na reeducação funcional e no controle das lesões que gerem incapacidades.

Art. 19. O tratamento e a orientação psicológica serão prestados durante as distantes fases do processo reabilitador, destinados a contribuir para que a pessoa portadora de necessidades especiais atinja o pleno desenvolvimento de sua personalidade.

Parágrafo único. O tratamento e os apoios psicológicos serão simultâneos aos tratamentos funcionais e, em todos os casos, serão concedidos desde a comprovação da deficiência ou do início de um processo patológico que possa originá-la.

Art. 20. Durante a reabilitação, será propiciada, se necessária, assistência em saúde mental com a finalidade de permitir que a pessoa submetida a esta prestação desenvolva o máximo suas capacidades.

Art. 21. Será fomentada a realização de estudos epidemiológicos e clínicos, com periodicidade e abrangência adequadas, de modo a produzir informações sobre a ocorrência de necessidades especiais e incapacidades.

Seção II Do Acesso À Educação

Art. 22. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta responsáveis pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto desta lei, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de necessidades especiais capaz de integrar na rede regular de ensino;

II - a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidades de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino;

III - a inserção, no sistema educacional, das escolas ou instituições especializada públicas ou privadas;

IV - a oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino;

V - o oferecimento obrigatório dos serviços de educação especial ao aluno portador de necessidades especiais em unidades hospitalares e congêneres nas quais esteja internado por prazo igual ou superior a um mês; e

VI - o acesso de aluno portador de necessidades especiais aos benefícios conferidos aos demais alunos, inclusive material escolar, transporte, merenda escolar e bolsas de estudo.

§ 1º Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com necessidades educativas especiais, entre eles o portador de necessidades especiais.

§ 2º A educação especial caracteriza-se por constituir processos flexíveis, dinâmicos e individualizados, oferecido principalmente nos níveis de ensino considerados obrigatórios.

§ 3º A educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se na educação infantil, a partir do zero ano.

§ 4º A educação especial contará com equipe interdisciplinar, com a adequada especialização, e adotará orientações pedagógicas individualizadas.

§ 5º Quando da construção e reforma de estabelecimentos de ensino deverá ser observado o atendimento às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - relativas à acessibilidade.

Art. 23. Os serviços de educação especial serão ofertados nas instituições de ensino públicos ou privados do sistema de educação geral, de forma transitória ou permanente, mediante programas de apoio para o aluno que esteja integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando.

Art. 24. As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptação de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de necessidades especiais, inclusive tempo adicionais para realização das provas, conforme as características da necessidade especial.

§ 1º As disposições deste artigo aplicam-se, também, ao sistema geral do processo seletivo para o ingresso em cursos universitários de instituições de ensino superior, conforme legislação vigente.

§ 2º A Secretaria de Educação, no âmbito da sua competência na conformidade com as diretrizes traçadas pelo Ministério da Educação, expedirá instruções para os programas de educação superior que incluam nos seus currículos, conteúdos, itens ou disciplinas relacionados à pessoa portadora de necessidades especiais.

Art. 25. O aluno portador de necessidades especiais matriculados ou egressos do ensino fundamental ou

médio, de instituições públicas ou privadas, terá acesso à educação profissional, a fim de obter habilitação profissional que lhe proporcione oportunidade de acesso ao mercado de trabalho.

§ 1º A educação profissional para a pessoa portadora de necessidades especiais será oferecida nos níveis básicos, médios, técnicos e tecnológicos em escola regular, em instituições especializadas e nos ambientes de trabalho.

§ 2º As instituições públicas e privadas que ministram educação profissional deverão obrigatoriamente, oferecer cursos profissionalizantes de nível básico à pessoa portadora de necessidades especiais, condicionando a matrícula à sua capacidade de aproveitamento e não a seu nível de escolaridade.

§ 3º Entende-se por habilitação profissional o processo destinado a propiciar à pessoa portadora de necessidades especiais, em nível formal e sistematizado, aquisição de conhecimentos e habilidades especificamente associados à determinada profissão ocupada.

§ 4º Os diplomas e certificados de cursos de educação profissional expedido por instituições credenciadas pela Secretaria de Estado da Educação ou órgão equivalente terão validade em todo território nacional.

Art. 26. As escolas e instituições de educação profissional oferecerão, se necessário, serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da pessoa portadora de necessidades especiais, tais como:

I - adaptação dos recursos instrucionais: material pedagógico, equipamento e currículo;

II - capacitação dos recursos humanos: professores, instrutores, e profissionais especializados; e

III - adequação dos recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação.

Seção III

Da Habilitação E Reabilitação Profissional

Art. 27º A pessoa portadora de necessidades especiais beneficiárias ou não do Regime de Previdência Social, tem direito às prestações de habilitação e reabilitação profissional para capacitar-se a obter trabalho, conservá-lo e progredir profissionalmente.

Art. 28. Entende-se por habilitação e reabilitação profissional orientado a possibilitar que a pessoa portadora de necessidades especiais, a partir da identificação de suas potencialidades laborativas, adquira o nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso e reingresso no mercado de trabalho e participar da vida comunitária.

Art. 29. Os serviços de habilitação e reabilitação profissional deverão estar dotados dos recursos necessários para atender toda pessoa portadora de necessidades especiais, independentemente da origem da sua, desde

que possa ser preparada para trabalho que lhe seja adequado e tenha perspectiva de obter, conservar e nele progredir.

Art. 30. A orientação profissional será prestada pelos correspondentes serviços de habilitação e reabilitação profissional, tendo em conta as potencialidades da pessoa portadora de necessidades especiais, identificadas com base em relatório de equipe multiprofissional, que deverá considerar:

I - educação escolar efetivamente recebida e por receber;

II - expectativas de promoção social;

III - possibilidades de emprego existentes em cada caso;

IV - motivações, atitudes e preferências profissionais; e

V - necessidades do mercado de trabalho.

Seção IV Do Acesso Ao Trabalho

Art. 31. É finalidade primordial da política estadual de emprego a inserção e permanência da pessoa portadora de necessidades especiais no mercado de trabalho, no setor público e no privado, ou sua incorporação ao sistema produtivo mediante regime especial de trabalho protegido.

Parágrafo único. Nos casos de deficiência grave ou severa, o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo poderá ser efetivado mediante a contratação das cooperativas sociais conforme lei federal.

Art. 32. São modalidades de inserção laboral da pessoa portadora de necessidades especiais:

I - colocação competitiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que independe da adoção de procedimentos especiais para a sua concretização, não sendo excluída a possibilidade de utilização de apoios especiais;

II - colocação seletiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que depende da adoção de procedimentos e apoios especiais para sua concretização; e

III - promoção do trabalho por conta própria: processo de fomento da ação de uma ou mais pessoas, mediante trabalho autônomo, cooperativado ou em regime de economia familiar, com vista à emancipação econômica e pessoal.

§ 1º As entidades beneficiadas de assistência social, na forma da lei, poderão intermediar a modalidade de inserção laboral de que tratam os incisos II e III, nos seguintes casos:

I - na contratação para prestação de serviços, por entidade pública ou privada, da pessoa portadora de necessidades especiais física, mental ou sensorial; e

II - na comercialização de bens e serviços decorrentes de programas de habilitação profissional de adolescente e adulto portador de necessidades especiais em oficina protegida de produção terapêutica.

§ 1º. Consideram-se procedimentos especiais os meios utilizados para a contratação de pessoa que, devido ao seu grau de necessidades especiais, transitória ou permanente, exija condições especiais, tais como jornada variável, horário flexível, proporcionalidade de salário, ambiente de trabalho adequado às suas especificidades, entre outros.

§ 2º Consideram-se apoios especiais à orientação, a supervisão e as ajudas técnicas entre outros elementos que auxiliem ou permitam compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de necessidades especiais, de modo a superar as barreiras da mobilidade e da comunicação, possibilitando a plena utilização de suas capacidades em condições de normalidade.

§ 3º Considera-se oficina protegida de produção a unidade que funciona em relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social, que tem por objetivo desenvolver programa de habilitação profissional para adolescente e adulto portador de necessidades especiais, provendo-o com trabalho remunerado, com vista à emancipação econômica e pessoal relativa.

§ 4º Considera-se oficina protegida terapêutica a unidade que funciona em relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social, que tem por objetivo a integração social por meio de atividades de adaptação e capacitação para o trabalho de adolescente e adulto que devido ao seu grau de deficiência, transitória ou permanente, não possa desempenhar atividade laboral no mercado competitivo de trabalho ou em oficina protegida de produção.

§ 5º A entidade que se utilizar o processo de colocação seletiva deverá promover, em parceria com o tomador de serviços, programas de prevenção de doenças profissionais e de redução da capacidade laboral, bem assim programas de reabilitação caso ocorram patologias ou se manifestem outras incapacidades.

Art. 33. As empresas instaladas ou que vierem a se instalar no Estado deverão, obrigatoriamente seguir os ditames estabelecidos pela legislação pertinente.

§ 1º Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais habilitada àquela que concluiu curso de educação profissional de nível básico, técnico ou tecnológico, ou curso superior, com certificação ou diplomação expedida por instituição pública ou privada, legalmente credenciada pelo Ministério da Educação ou órgão equivalente, ou aquela com certificado de conclusão de processo de habilitação ou reabilitação profissional fornecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

§ 2º Considera-se, também, pessoa portadora de necessidades especiais habilitada aquela que não tendo se

submetido a processo de habilitação ou reabilitação, esteja capacitada para o exercício da função.

§ 3º A pessoa portadora de necessidades especiais habilitadas nos termos dos parágrafos 1º e 2º deste artigo, poderá recorrer à intermediação de órgão integrante do sistema público de emprego, para fins de inclusão laboral na forma deste artigo.

Art. 34. Fica assegurado à pessoa portadora de necessidades especiais o direito de se inscrever em concurso público, processos seletivos ou quaisquer outros procedimentos de recrutamento de mão-de-obra, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo ou emprego público cujas atribuições sejam compatíveis com a necessidade especial de que é portador.

§ 1º O candidato portador de necessidades especiais, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de cinco por cento em face da classificação obtida.

§ 2º Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

Art. 35. Não se aplica o disposto no artigo anterior nos casos de provimento de:

I - cargo em comissão ou função de confiança, de livre nomeação e exoneração; e

II - cargo ou emprego público integrante de carreira que exija aptidão plena do candidato, auferida em parecer emitido por equipe multiprofissional.

Art. 36. Os editais de concursos públicos deverão conter:

I - o número de vagas existentes, bem como o total correspondente à reserva destinada à pessoa portadora de necessidades especiais;

II - as atribuições e tarefas essenciais dos cargos;

III - previsão de adaptação das provas, do curso de formação e do estágio probatório, conforme a necessidade especial do candidato; e

IV - exigência de apresentação, pelo candidato portador de necessidades especiais, no ato da inscrição, de laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID -, bem como a provável causa da necessidade especial.

Art. 37. É vedado à autoridade competente obstar a inscrição de pessoa portadora de necessidades especiais em concurso público para ingresso em carreira da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

§ 1º No ato da inscrição, o candidato portador de necessidades especiais que necessite de tratamento diferenciado nos dias do concurso deverá requerê-lo, no prazo

determinado em edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.

§ 2º O candidato portador de necessidades especiais que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua necessidade especial, no prazo estabelecido no edital do concurso.

Art. 38. A pessoa portadora de necessidades especiais, resguardadas as condições especiais previstas nesta lei, participará de concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne:

I - ao conteúdo das provas;

II - à avaliação e aos critérios de aprovação;

III - ao horário e local de aplicação das provas; e

IV - à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

Art. 39. A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo a primeira a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de necessidades especiais, e a segunda somente a pontuação destes últimos, de acordo com a ordem classificatória entre os seus congêneres.

Parágrafo único. A nomeação dos candidatos portadores de necessidades especiais aprovados far-se-á concomitantemente com os dos demais candidatos aprovados, observados a ordem de classificação das listas de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 40. O órgão responsável pela realização do concurso terá a assistência de equipe multiprofissional composta de três profissionais capacitados e atuantes nas áreas de necessidades especiais em questão, sendo um deles médico e três profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato.

§ 1º A equipe multiprofissional emitirá parecer observando:

I - as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição;

II - a natureza das atribuições e tarefas essenciais do cargo ou da função a desempenhar;

III - a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas;

IV - a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou meios que habitualmente utilize; e

V - a CID e outros padrões reconhecidos nacional e internacionalmente.

§ 1º A equipe multiprofissional avaliará a compatibilidade entre as atribuições dos cargos e a necessidade especial do candidato durante o estágio probatório.

Art. 41. Serão implementados programas de formação e qualificação voltados para a pessoa portadora de necessidades especiais no âmbito do Plano Nacional de

Formação Profissional - Planfor - e Plano Estadual se o Estado o possuir.

Parágrafo único. Os programas de formação e qualificação profissional para pessoa portadora de necessidades especiais terão como objetivos:

I - criar condições que garantam a toda a pessoa portadora de necessidades especiais o direito a receber uma formação profissional adequada;

II - organizar os meios de formação necessários para qualificar a pessoa portadora de necessidades especiais para a inserção competitiva no mercado laboral; e

III - ampliar a formação e qualificação profissional, sob a base de educação geral para fomentar o desenvolvimento harmônico da pessoa portadora de necessidades especiais, assim como para satisfazer as exigências derivadas do progresso técnico, dos novos métodos de produção e da evolução social e econômica.

Seção V

Da Cultura, do Desporto, Turismo, Lazer e Comunicação Social

Art. 42. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta responsáveis pela cultura, pelo desporto, pelo turismo, pelo lazer e pela comunicação social, dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto desta lei, com vista a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - promover o acesso da pessoa portadora de necessidades especiais aos meios de comunicação social;

a) garantir o acesso de informações através das legendas e interpretação em Língua Brasileira de Sinais;

b) desenvolver programas/trabalhos nos meios de comunicação, visando esclarecimento das necessidades das pessoas portadoras de necessidades especiais;

c) implantar programas de impressão em Braille nos meios de comunicação escrita; e

d) criar um programa de informação pública específica para a pessoa portadora de necessidades especiais, destacando o seu potencial;

II - criar incentivos para o exercício de atividades, mediante:

a) participação da pessoa portadora de necessidades especiais em concursos de prêmios no campo das artes e das letras; e

b) exposições, publicações e representações artísticas de pessoa portadora de necessidades especiais;

III - incentivar a prática desportiva formal e não-formal como direito de cada um e o lazer como forma de promoção social;

IV - estimular meios que facilitem o exercício de atividades desportivas entre a pessoa portadora de necessidades especiais e suas entidades representativas;

V - assegurar a acessibilidade às instalações desportivas dos estabelecimentos de ensino, desde a educação infantil até o nível superior;

VI - promover a inclusão de atividades desportivas dos estabelecimentos de ensino, desde a educação infantil até o nível superior;

VII - apoiar e promover a publicação e o uso de guias de turismo com informações adequadas à pessoa portadora de deficiência, e as características próprias de cada área específica de necessidade especial; e

VIII - estimular a ampliação do turismo à pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, mediante a oferta de instalações hoteleiras acessíveis e de serviços adaptados de transporte.

Art. 43. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, promotores ou financiadores de atividades desportivas e de lazer, devem concorrer técnica e financeiramente para obtenção dos objetivos desta lei.

Parágrafo único. Serão prioritariamente apoiadas as manifestações desportivas de rendimento e a educacional, compreendendo as atividades de:

I - desenvolvimento de recursos humanos especializados;

II - promoção de competições desportivas internacionais, nacionais, estaduais e locais;

III - pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, documentação e informação; e

IV - construção, ampliação, recuperação e adaptação de instalações desportivas e de lazer.

Capítulo VIII

Da Política de Capacitação de Profissionais Especializados

Art. 44. Os órgãos e as entidades da Administração Públicas Estaduais Diretas e Indiretas, responsáveis pela formação de recursos humanos, devem dispensar ao assunto objeto desta lei tratamento prioritário e adequado, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - formação e qualificação de professores de nível fundamental, médio e superior para a educação especial, de técnicos de nível médio e superior especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores e professores para a formação profissional;

II - formação e qualificação profissional, nas diversas áreas de conhecimento e de recursos humanos que atendam às demandas da pessoa portadora de necessidades especiais; e

III - incentivo e apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com pessoa portadora de necessidades especiais.

Capítulo IX

Da Acessibilidade na Administração Pública Estadual

Art. 45. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta adotarão providências

para garantir a acessibilidade e a utilização dos bens e serviços, no âmbito de suas competências, à pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e obstáculos, bem como evitando a construção de novas barreiras.

Art. 46. Para os efeitos deste Capítulo, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das instalações e equipamentos esportivos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificando-se em:

a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados; e

c) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistema de comunicação, sejam ou não de massa;

III - pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida: a que tenha limitado sua capacidade de relacionar-se com o meio ambiente e de utilizá-lo;

IV - elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes à pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico; e

V - mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que se sua modificação ou traslado provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga.

Art. 47. A construção, ampliação e reforma de edifícios, praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos e privados, destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios, praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos e privados, destinados ao uso coletivo por órgãos da Administração Pública Estadual deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I - nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamentos de uso público serão reservados dois por cento do total das vagas à pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, garantidas no mínimo três, próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas e com as especificações técnicas de desenho e traçado segundo as normas ABNT;

II - pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade da pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida;

III - pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com exterior, cumprirá os requisitos de acessibilidade;

IV - pelo menos um dos elevadores deverá ter a cabine, assim como sua porta de entrada, acessíveis para pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, em conformidade com norma técnica específica da ABNT; e

V - os efeitos disporão, pelo menos, de um banheiro acessível para cada gênero, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de modo que possam ser utilizados por pessoa portadora de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Art. 48. As bibliotecas, os museus, os locais de reuniões, conferências, aulas e outros ambientes de natureza similar disporão de espaços reservados para pessoa que utilize cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoa portadora de necessidade especial auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com as normas técnicas da ABNT, de modo a facilitar-lhe as condições de acesso, circulação e comunicação.

Art. 49. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, no prazo de três anos a partir da publicação desta lei, deverão promover as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios e espaços de uso público e naquelas que estejam sob sua administração ou uso.

Capítulo X

Do Sistema Integrado de Informações

Art. 50. Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente o Sistema Estadual de Informações sobre Necessidades Especiais, com a finalidade de criar e manter base de dados, reunir e difundir informações sobre a situação das pessoas portadoras de necessidades especiais e fomentar a pesquisa e o estudo de todos os aspectos que afetem a vida dessas pessoas.

Parágrafo único. Serão produzidas, periodicamente, estatísticas e informações, podendo esta atividade realizar-

se conjuntamente com os censos nacionais, pesquisas nacionais, regionais e locais, em estreita colaboração com universidades, institutos de pesquisa e organizações para pessoas portadoras de necessidades especiais.

Capítulo XI

Art. 51º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04.05.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 714/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, criando o Programa de Combate à Violência Contra a Mulher. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 714/05
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Combate à Violência contra a Mulher, para prestar assistência à saúde física e mental das mulheres vítimas de violência.

Art. 2º O Programa será executado pela Secretaria de Estado da Saúde, em cooperação com o Conselho Estadual da Mulher, e integrado pelos órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal.

Art. 3º Fica autorizada a criação de grupo de trabalho com a incumbência de articular as medidas necessárias à implantação do Programa instituído nesta lei.

Parágrafo Único. O grupo será integrado por representantes dos órgãos e entidades envolvidos no Programa.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.04.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Relator

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) **(Pela Ordem)**

Eu me inscrevo nas Explicações Pessoais.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Eu também, Sra. Presidente, queria me inscrever nas Explicações Pessoais, no final.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 092/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/05, que altera dispositivos da Lei nº 12.020 de 09 de janeiro de 1998. (Fundo Paraná, Iapar, Tecpar, Seti, Fundação Araucária). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/04, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que disciplina, controla e fiscaliza o comércio de tintas em recipientes de "spray" no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAICTM e SP. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 144/05. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 681/05, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que veda ao Estado do Paraná conceder incentivos fiscais ou créditos de qualquer natureza para as empresas que por suas atividades causem danos à saúde e segurança dos trabalhadores. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/04, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de março de 2006. Resolução nº 0003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/04, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. DA nº 030/04, de 20/04/04).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 129/04

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, o presente projeto visa conceder o título de Cidadão

Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça ao analisar o presente projeto, constatou não haver inconstitucionalidade, bem como constar na cota do PSDB.

Conclusão

Assim sendo, apresentamos parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22.06.04.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

Procederemos à votação secreta.

Pediria ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Reni Pereira)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

Vinte e nove Srs. Deputados votaram.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Convido os Srs. Deputados Ailton Araújo, José Domingos Scarpellini e Renato Gaúcho para procederem à contagem dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Reni Pereira)

Sra. Presidente, a votação foi unânime pelo SIM.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Vinte e nove Deputados votaram pelo SIM.

Está **aprovado** o título de Cidadão Honorário.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/05, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, que incentiva o Desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/05, de 07/06/05).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 361/05**

P A R E C E R :

O projeto ora em análise tem o condão de criar um apoio, condições de forma diferenciada às propriedades rurais familiares, que manejam adequadamente os recursos naturais, desenvolvendo atividades turísticas ambientalmente corretas, integradas aos arranjos produtivos locais como um segmento gerador de renda e trabalho no meio rural, melhorando as condições de qualidade de vida das famílias rurais e da comunidade envolvida.

Legitimidade

A Constituição da República assim prevê:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

A Constituição do Estado assim reza:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

V - planos e programas estaduais regionais e setoriais de desenvolvimento;

Art. 154. A política agrícola estadual será planejada e executada, na forma da lei, com a participação partidária e efetiva dos produtores e trabalhadores rurais, objetivando o desenvolvimento rural nos seus aspectos econômicos e sociais com racionalização de uso e preservação dos recursos naturais e ambientais, cabendo ao Estado:

I - a orientação, assistência técnica e extensão rural;

II - a geração contínua e evolutiva de tecnologia de produção;

III - a inspeção e fiscalização da produção, comercialização e utilização de insumos agropecuários;

IV - o estabelecimento de mecanismos de apoio:
a) a programas que atendam às áreas da agropecuária do Estado;

b) a sistemas de seguro agrícola;

c) à complementação dos serviços voltados para a comercialização agrícola, armazenagem, transporte e abastecimento;

d) à organização dos produtores em cooperativas, associações de classe e demais formas associativas;

e) à agroindustrialização de forma regionalizada e, preferencialmente, no meio rural ou em pequenas comunidades;

f) ao setor pesqueiro;

V - a instituição de um sistema de planejamento agrícola integrado;

VI - o investimento em benefícios sociais para rurícolas e comunidades rurais;

VII - a irrigação, drenagem, eletrificação e telefonia rural;

VIII - as ações de conhecimento da realidade e o encaminhamento de soluções ao trabalhador rural, especialmente ao volante;

IX - a manutenção de controle estatístico de produção com estimativas de safras.

§ 1º A lei agrícola dará tratamento diferenciado e privilegiado ao micro e pequeno produtor.

§ 2º O Estado implantará em todo o território o sistema estadual de cadastro técnico rural, com vistas ao planejamento e desenvolvimento das políticas agrícola, agrária, de regularização fundiária, utilização e preservação dos recursos naturais e de apoio às políticas urbanas municipais.

Art. 159. O Estado, adotando as medidas cabíveis:

I - disciplinará, por lei, tudo que se referir a produtos destinados a uso agrícola que ofereçam risco à vida, à flora, à fauna, e ao meio ambiente;

II - inspecionará, classificará e estabelecerá padrões de qualidade e sanidade, para comercialização de produtos agropecuários e subprodutos de origem animal e vegetal;

III - adotará medidas de defesa sanitária animal e vegetal e serviço de erradicação e prevenção de doenças e pragas que afetem o setor agrossilvopastoril;

IV - manterá serviço de assistência técnica e extensão rural, assegurando orientação prioritária ao micro e pequeno produtor sobre a produção agrossilvopastoril, sua organização, comercialização e preservação dos recursos naturais;

V - promoverá ações que visem à profissionalização no meio rural.

VI - criará, disciplinando-os em lei, fundos específicos para o desenvolvimento rural.

Conclusão

Diante do exposto, o projeto ora em análise apresenta-se em plena conformidade quanto a iniciativa da propositura legislativa com relação à matéria, e do mesmo modo com as legislações Federais e Estaduais.

O projeto ora em análise omitiu-se apenas no aspecto da observância da Lei Complementar nº 95/98, o qual no seu artigo 8º reza da seguinte forma:

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.

§ 1º A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.

§ 2º As leis que estabelecem período de vacância deverão utilizar a cláusula "esta lei entra em vigor após decorridos (o número de dias) de sua publicação oficial". (grifos nossos)

Desse modo, e na forma da emenda aditiva em anexo conforme o Regimento Interno desta Casa, desde que atendida, o projeto sana o vício quanto à técnica

legislativa, passando a estar em conformidade com a Lei Complementar nº 95/98.

Nesse sentido, é senão constitucional o projeto ora em questão, por apresentar-se em perfeita sintonia com a legitimidade da propositura, do interesse e da técnica legislativa.

Diante disso, opinamos pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa, juntamente com a emenda aditiva anexa.

Sala das Comissões, em 04.10.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA-ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 361/05

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.10.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL PROJETO DE LEI Nº 361/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Welter, tem por objetivo incentivar o desenvolvimento do Turismo Rural na agricultura familiar.

Após receber parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, com relação à legalidade, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito.

Por ter a agricultura familiar um papel preponderante à sociedade brasileira, especialmente para a comunidade paranaense, por ser responsável pela produção de mais de 50% dos principais alimentos consumidos pela população de nosso país; pelas atividades do Turismo Rural ter se destacado na agricultura familiar, exaramos parecer favorável e louvamos a iniciativa do Deputado Elton Welter.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.05.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 767/05, de autoria da Deputada Elza Correia, instituindo em caráter permanente, no calendário oficial de Políticas Públicas de Cultura, o Programa Paranaização, do Centro Cultural Teatro Guaíra. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 138/05, de 06.12.05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 767/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva instituir, em caráter permanente, no calendário oficial de Políticas Públicas de Cultura, o Programa Paranaização.

Fundamentação

O Programa Paranaização visa produzir eventos que traduzam o potencial paranaense e que estimulem a criatividade, o desenvolvimento e a experiência, para oportunizar a ampliação do mercado de trabalho aos profissionais do Paraná, através do Centro Cultural Teatro Guaíra.

O artigo 25, parágrafo único da Constituição Federal estabelece o seguinte:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observado os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas.

Assim sendo, em razão da competência residual dos Estados, não há nenhum obstáculo constitucional ou legal à tramitação do projeto de lei em tela, motivo pelo qual opinamos pela sua constitucionalidade.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98.

Sala das Comissões, em 04.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Sobre o referido, projeto, Requerimento nº 871, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 767/05.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 777/05, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, dispondo sobre os veículos apreendidos ou sinistrados que se encontram nos pátios do Detran, das Ciretrans e Postos da Polícia Rodoviária Estadual do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 140/05, de 07.12.05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 777/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por fim estabelecer que os veículos apreendidos ou sinistrados que se encontram nos pátios do Detran, das Ciretrans e dos Postos da Polícia Rodoviária Estadual, em todo território estadual há mais de dezoito (18) meses, sejam vendidos em leilão

público e o valor arrecadado seja revertido 50% para manutenção e aumento da frota da Polícia Rodoviária Estadual e 50% para programas da Assistência Social do Governo do Estado.

Legitimidade

Quanto à iniciativa para legislar, a Constituição Federal estabelece:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

() XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no artigo 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, parágrafo 1º, III;*

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

Parágrafo 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. (grifo nosso).

Pode-se constatar que se trata de matéria de competência concorrente da União e dos Estados.

Ainda quanto à legitimidade, pode-se constatar que não existe óbice quanto à legitimidade de iniciativa para legislar quanto à matéria tendo-se em vista o disposto na Constituição Estadual:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal; (grifo nosso).

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Estadual ainda determina:

Art. 166. cabe ao Estado garantir a coordenação e execução de uma política social que assegure:

Art. 174. As ações governamentais de assistência social, observada a competência da União, serão descentralizadas e integradas, cabendo ao Estado e Municípios a coordenação e execução, com participação das entidades beneficentes de assistência social e das comunidades. Verificamos o dever do estado em promover a assistência social como forma de prestação do seu dever para com a sociedade.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Fundamentação

O projeto está de acordo com disposição constitucional ao prever a aplicação dos recursos arrecadados em programas de Assistência Social do Governo do Estado. Muitos dos veículos abrangidos pelo referido projeto encontram-se em estado irreparável, sendo por vezes abandonados pelos seus proprietários. Essa atitude só contribui para o aumento de veículos que lotam os pátios impedindo que outros possam ser recolhidos.

Conclusão

Em sede de parecer, concluímos que o Projeto de Lei nº 777/05, encontra correta aplicação da técnica legislativa. Quanto à legalidade e constitucionalidade não há impedimento ao seguimento do mesmo.

Sala das Comissões, em 11.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/06, fixando o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, em 20.767 militares estaduais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 003/06, de 16.02.06, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 004/06

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei tem como objetivo fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, em 20.767 militares estaduais.

Legitimidade

A legitimidade para legislar quanto a presente matéria encontra-se definida na Constituição estadual, conforme se pode depreender abaixo:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

VI - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Pode-se facilmente constatar que se trata de matéria de iniciativa privativa do Governador do Estado.

Fundamentação

De acordo com a Lei Complementar nº 101, de 04.05.00:

CAPÍTULO IV**DA DESPESA PÚBLICA****Seção I****Da Geração da Despesa**

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Não o bastante, quanto à fundamentação o projeto vai de encontro à disposição da Lei de Responsabilidade Fiscal ao apresentar estimativa do impacto orçamentário-financeiro que tal criação vai gerar aos cofres públicos.

Constitucionalidade

O projeto de lei sob análise, embora não atenda aos requisitos da boa técnica legislativa, não encontra óbice legal quanto à legitimidade para legislar sobre a matéria que dispõe e respeita dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conclusão

Ante o exposto, o parecer é pela aprovação e regular tramitação, em virtude da adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal, e demais normas legais.

Sala das Comissões, em 05.04.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 04/06

P A R E C E R :**Do Relatório**

O Projeto de Lei nº 04/06, trata-se da Mensagem nº 006/06 do Sr. Governador Roberto Requião, que tem por escopo autorizar o Poder Executivo a criar o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes - Nucria - no Departamento da Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Da Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o disposto o artigo 43 do Regimento Interno, apura-se que em função do grande número de crianças e adolescentes vítimas de infrações penais, como maus-tratos, lesão corporal - violência doméstica, estupro e atentado violento ao pudor, desprovidos de atendimento especializado, célere e efetivo, o presente projeto busca, com maestria atender às necessidades supra mencionadas, a fim de resguardar o disposto na Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

Apura-se ainda que a busca por um nível de segurança condigno com as necessidades dos paranaenses é preocupação constante do Governo do Estado do Paraná e para tanto o aumento de 446 novas vagas do efetivo da Polícia Militar atenderá às necessidades iminentes da

sociedade que tanto clama por melhorias na área de segurança pública.

Da Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Segurança Pública apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 04/06.

Sala das Comissões, em 28.03.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

Presidente e Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, dispondo sobre a obrigatoriedade da fixação de avisos, alertando as pessoas portadores de marcapassos cardíacos. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. Aprovado. (Publ. no DA nº 009/06, de 07.03.06.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 077/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em questão, tem como escopo a obrigatoriedade de afixação de aviso voltado aos portadores de marcapassos cardíacos pelos estabelecimentos que possuam os chamados detectores de metais.

Constitucionalidade e legalidade

A Constituição Federal assim dispõe acerca da competência legislativa acerca de questões de proteção aos portadores de deficiência:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XVI - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

E é o parágrafo terceiro desse mesmo artigo 24 que concede essa competência aos Estados, pois é sabido que inexistente lei federal que disponha sobre esse assunto:

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

No que tange à iniciativa legislativa, esta é legítima por parte dos membros do Poder Legislativo Estadual, pois a matéria em questão não interfere no rol de leis de iniciativa privativa do Governador do Estado, encontrado no artigo 66 da Constituição Estadual do Paraná.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas disposições da Lei Complementar 95/98.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, ao Projeto nº 77/06, ora analisado.

Sala das Comissões, em 04.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 77/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 77/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de avisos, alertando as pessoas que usam marcapassos cardíacos.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No mérito, cabe-nos destacar que o aviso às pessoas com marcapasso é salutar, haja vista os problemas de saúde que podem sofrer essas pessoas.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei 77/06.

Sala das Comissões, em 10.04.06.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 869 e 870, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 843, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 867, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 872 e 873, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 876 e 877, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin, inscrito.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sra. Presidente, para que não fique o dito pelo não dito, valendo-me da Folha de Londrina, trago o

nome e as presenças dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, 50%; Ademir Bier, 44%; Ailton Araújo, 78%; Alexandre Curi, 72%; André Vargas, 72%; Ângelo Vanhoni, 56%; Antonio Anibelli, 78%; Arlete Caramês, 83%; Artagão Júnior do PMDB, 39% - faltou 61% das sessões; Augustinho Zucchi, 67%; Barbosa Neto, 89%; Carlos Simões, 72%; Cesar Seleme, 78%; Chico Noroeste, 78%; Cida Borghetti, 83%; Cleiton Kielse, 44%; Bradock, 83%; Dobrandino da Silva, 72%; Duílio Genari, 89%; Durval Amaral, 78%; Elio Rusch, 83%; Elton Welter, 78%; Elza Correia, 67%; Francisco Bühner, 89%; Geraldo Cartário, 28%; Hermas Brandão, 89%; Hermes Fonseca, 56%; Jocelito Canto, 78%; José Domingos Scarpellini, 72%; Luciana Rafagnin, 56%; Luiz Fernandes Litro, 56%; Luiz Accorsi, 67%; Luiz Nishimori, 83%; Marcos Isfer, 89%; Miltinho Pupio, 44% (61% negativo - ausente); Natálio Stica, 67%; Neivo Beraldin, 100%; Nelson Justus, 72%; Nereu Moura, 67%; Padre Paulo, 67%; Pastor Edson Praczyk, 72%; aqui está Pedro Paulo, PT, 100%; Plauto Miró, 56%; Rafael Greca, 44%; Ratinho Júnior, 39%; Renato Gaúcho, 89%; Reni Pereira, 94%; Tadeu Veneri, 100%; Valdir Rossoni, 67%; Waldir Leite, 61%.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Confesso que fiquei muito surpreso com essa colocação do Deputado Neivo Beraldin, quando se referiu ao meu nome. Fui dar uma olhadinha e ele falou que eu tenho 72% de frequência. Eu tive 72% de participação nas votações, mas tive 100% de frequência, Deputado Neivo Beraldin. Ou V. Exa. corrige isso ou vou entrar com um processo, por danos morais, contra V. Exa.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Espere que vou corrigir, antes que V. Exa. faça essa ação, que vai demandar um custo elevado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Ou V. Exa. errou por uma fatalidade ou foi deliberadamente para ficar só V. Exa. com 100%.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Não. Há várias pessoas com 100%. É do mês de março. Estou procurando aqui. Deputada Cida Borghetti, 94%.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Quem começou tudo foi V. Exa., Deputado Nelson Justus, que levantou aquela Questão de Ordem aqui e está dando essa confusão toda.

O SR. NELSON JUSTUS (PFL) (Pela Ordem)

Eu não imaginava, de maneira alguma, criar uma polêmica.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

José Domingos Scarpellini está com 100% de presença, sim. V. Exa. tem a minha ratificação e, portanto, não precisa ingressar na Justiça. Fique calmo e tranquilo.

O SR. AILTON ARAÚJO (PPS) (Pela Ordem)

Solicito ao Deputado Neivo Beraldin, que V. Exa. diga quantas faltas eu tive.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Vou dizer agora, segundo a Folha de Londrina.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Mas, Sra. Presidente, estou com a Questão de Ordem. Quero encerrar, mas quero só fazer uma colocação.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Pela Ordem está o Deputado Ailton.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Mas eu não terminei. O Deputado Nelson Justus entrou na minha frente aqui e eu fui para o lado.

Agora quero saber se o erro do Deputado Neivo Beraldin foi só com referência à minha pessoa? Porque eu fui lá e vi que não tinha 72%, mas 100%, porque tenho acompanhado essas notícias da Folha.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Estou tentando corrigir, mas o Deputado Nelson Justus levou a lista.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Agora, e aqueles outros ausentes, que não estão aqui e que ele pode ter errado? Porque eu acho que ele errou tudo, então.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

A minha ele errou também.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

A minha também.

Deputado Neivo, peça desculpas a todo mundo e encerre o seu pronunciamento.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Por favor, Deputado Nelson Justus, devolva a lista, porque daí vamos corrigir.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)

Sra. Presidente e Deputado Neivo, temos uma Sessão pública na Casa. Temos sido cobertos pela imprensa.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sim, mas a Sessão está praticamente com a metade da presença.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Com todo o respeito, acho que V. Exa. não deve ocupar esse espaço. Temos que continuar a Sessão da Casa e quero justificar que não me lembro de estar ausente em nenhuma Sessão da Assembléia. Portanto, quero uma correção nisso, porque isso é muito mais sério do que V. Exa. possa imaginar e não podemos deixar dessa forma.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Veja, pode ter havido um engano aqui em relação às votações e às presenças.

O SR. AILTON ARAÚJO (PPS) **(Pela Ordem)**

O Deputado está cheio de equívocos e não tem certeza do que está falando. Está, portanto, roubando o tempo dos nobres Deputados que aqui estão para dar prosseguimento à Sessão.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Mas estou no meu horário de Explicações Pessoais.

O SR. AILTON ARAÚJO (PPS)

O tempo do Deputado já terminou.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Já passou o horário do Deputado Neivo para as Explicações Pessoais.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Mas, Sra. Presidente, o Deputado Nelson Justus levou aquilo que eu poderia corrigir.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Então, peço que na próxima reunião o senhor venha com os dados concretos para que não haja dúvidas.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB) **(Pela Ordem)**

Só gostaria de frisar que não é um mês que se refere a esta Casa. Já estamos há três anos e três meses aqui e tem dados mais completos da Folha de Londrina, que já fez o levantamento de todo o ano de 2005. Não é só um mês que podemos analisar a presença ou não.

Então, nobre Deputado Neivo Berardin, faça uma análise completa do período dos três anos e pouco.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

V. Exa. também já faltou nesta Casa.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Algumas vezes, sim, mas eu estava representando a Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas não estava aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Deputado Neivo, pediria ao senhor que providenciasse correta essa presença do pessoal e voltasse em uma próxima reunião, para que não ficássemos na dúvida e não houvesse esse questionamento.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Tenho a relação do ano de 2005 inteiro e o senhor não tem 100% de presença. São de todos os meses das Sessões Plenárias.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Então por que V. Exa. não faz a leitura?

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Acho justo e o senhor que está aí e já falou um monte de coisas, que peço para retirar das notas taquigráficas tudo o que ele falou e quem não tem certeza do que falou. Se o senhor quiser ler a de 2005, Deputado Neivo, está aqui e acho que se faz justiça aos Parlamentares desta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

E volta em uma próxima Sessão, Deputado. Queríamos a sua compreensão. Volte em uma próxima Sessão. E peço que retire das notas taquigráficas e o senhor volta em uma próxima Sessão.

Nas Explicações Pessoais, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Rapidamente, depois dessa explicação não oficial do Deputado Neivo Berardin, até porque oficial é o que sai da Mesa. A Folha de Londrina já cometeu inúmeros equívocos com Deputados que estavam presentes e foram colocados como ausentes. Às vezes faltamos, você falta um dia e vai, por exemplo, a uma Secretaria, acompanha uma visita do Governador, então tem que ser colocado isto para não pensar que estamos "matando" Sessões.

Agora, Sra. Presidente, o que gostaria de falar, rapidamente: ontem, ouvi, durante o debate - e não quis trazer esta questão, pois foi uma questão bem polêmica envolvendo o nepotismo - vi um companheiro nosso, - o Deputado Rafael Greca, (uma pena que não esteja aqui que eu queria falar diante dele) alguns Parlamentares fazendo alguns comentários sobre o Deputado Rafael Greca, e eu quero dar um testemunho e acho que isto é mais importante até do que as atitudes que cada um toma. Todo Deputado tem o direito de votar como achar melhor, se volta atrás, ou se volta novamente, cada um tem o direito. Chegou aqui eleito pelo povo. Quem vai julgar o Deputado é, exatamente na sequência, o povo que o elegeu, se vai reconduzi-lo ou não, a esta Casa.

Então, não compete a nenhum membro desta Casa fazer qualquer comentário da postura daquele Deputado. Ele tem o direito constitucional, porque ele foi eleito entre os 54 Deputados que estão nesta Casa. Então, pode até tomar uma decisão hoje, amanhã tomar outra, isto é uma decisão pessoal. Na vida cada um tem um jeito; seja na vida pública, seja na vida particular, é um direito. Deus, deu a cada um o direito de pensar. Pode até errar. Todos nós erramos.

Bateram no Greca, brincaram com ele, xingaram, judiaram dele aqui ontem, pela postura dele lá atrás, e foi uma questão política, porque ontem era o momento político, era o momento de se fazer política em cima do nepotismo. A imprensa, hoje, fala bastante que derrubamos o nepotismo, mas poucos segmentos da imprensa falam que tem mais duas PEC's que vão ser votadas agora e que tenho certeza que, bem trabalhadas e com apoio de todos, vão ser muito boas e realmente vão coibir o nepotismo no Paraná.

Mas, Sra. Presidente, eu queria dar um testemunho da grandeza do Deputado Rafael Greca; não tenho muita afinidade com ele, mas, como o Deputado Scarpellini e outros Deputados aqui, o Deputado Rafael Greca foi muito solidário com este Deputado agora, neste recente episódio que estou passando que envolve um pedido do Ministério Público da cassação do meu mandato que, quando Prefeito, autorizei cem mil reais à Santa Casa de Ponta Grossa para salvar vidas, e aí o Ministério Público propôs uma ação, estou me defendendo, tenho sido bastante judiado no Poder Judiciário, não sei por que, não dá para aceitar, mas tem que discutir; mas, o Deputado Rafael Greca pode ter até defeitos, como colocados pelos companheiros aqui ontem, que votou de um lado, que mudou, mas ele tem uma qualidade espetacular, uma qualidade que quero destacar, Sra. Presidente: o Deputado Rafael Greca é solidário. A pessoa que é solidária, que tem respeito por outra quando ela está precisando, é pessoa de grande coração, é pessoa de uma dignidade que merece o meu apoio. Os defeitos todos nós temos. É aquela velha história da Bíblia - quem não tiver pecado que atire a primeira pedra.

Agora, que o Deputado Rafael Greca tem uma grande qualidade, tem. No momento mais difícil que esta Parlamentar atravessa neste momento, que é uma questão política e jurídica, o Deputado Rafael Greca, que eu volto a dizer, não sou partidário e não temos uma amizade diária, uma profunda amizade, mas somos companheiros, o Deputado Rafael Greca, no momento mais difícil que estamos atravessando, foi companheiro, como outros nesta Casa, já citei, como o Deputado Scarpellini mas, quero enaltecer a sua qualidade de ser humano. No momento mais difícil nos colocou à disposição o corpo de advogados (que ele tem advogados experientes) para nos ajudar.

Sra. Presidente, falar mal é a coisa mais fácil, falar mal, no momento de votar, fazer aquilo que se entende, fazer confusão, isso é o negócio mais fácil de fazer! Na

hora do sofrimento é que você conhece quem são as pessoas solidárias, as de bom coração! Queria fazer este depoimento para enaltecer, porque tudo aquilo que se falou do Greca ontem, as confusões, acusaram-no de ser dono de bingo, até hoje ninguém provou nada, nunca se provou nada contra ele! E a pessoa quando volta ao assunto, aquela primeira que atirou a primeira pedra, continua falando aqui que não é verdade, a pessoa também passa a fazer parte daquilo, porque está fazendo uma coisa que não é verdadeira, dá eco àquilo que não é verdadeiro; na gíria popular chama-se isso de fofoca.

Sra. Presidente, quero enaltecê-lo; esculhambaram com a vida do Rafael Greca, as atitudes são dele, ele é dono do seu nariz, dos seus votos, das suas coisas, dos defeitos e das virtudes que tem! Mas, ele é dono de uma coisa chamada responsabilidade, respeito, companheirismo! Tudo que falaram do Greca ontem, não vale nada para mim; o que vale é o respeito e solidariedade que ele tem por este Parlamentar e não temos nenhuma afinidade, isso se chama respeito! Ao invés de atirar pedras é preciso enaltecer as coisas boas. Hoje é muito fácil falar mal dos políticos, é o que mais rende, como se todo mundo fosse culpado. Então, queria enaltecer a figura do Deputado Rafael Greca que, no meu ponto de vista, como todos nós, tem os seus defeitos mas tem qualidades que a gente vê quando precisa, solidariedade, carinho, respeito.

Que estas minhas palavras sejam superiores a todas aquelas asneiras, besteiras, quem falou, deixou de falar do Deputado Rafael Greca. É aquela história: quem não tiver pecado que atire a primeira pedra!

Obrigado

Encerramento da Sessão

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 034/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 361, 777/05 e 077/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 306/04 e 603/05.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 008/06.

Levanta-se a Sessão.

DIÁRIO Nº 034

30ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	40
Presenças	40
Abertura da Sessão	40
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
Redação Final	40
2ª Discussão	41
Encerramento da Sessão	41
Publicações	
Diretoria Geral	
Portarias	41
Atas de Comissão	
Orçamento	41
Administrativas	
Despacho do Diretor Geral	41
Balancetes	41

DIÁRIO Nº 034

30ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2006

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Arlete Caramês, secretariada pelos Srs. Deputados Reni Pereira e Pastor Edson Praczyk.

Presenças:

Às dezessete horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (36). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Ademar Traiano, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Carlos Simões, Cleiton Kiesel, Duílio Genari, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Ratinho Júnior e Valdir Rossoni (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

Ordem do Dia

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Não há expediente a ser lido e nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 35 Srs. Deputados.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 034/06, de

autoria do Deputado André Vargas, declarando de Utilidade Pública, a Casa de Caridade São Vicente de Paula - Albergue Noturno, com sede e foro na cidade de Joaquim Távora. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 034/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Casa de Caridade São Vicente de Paula - Albergue Noturno, com sede e foro no município de Joaquim Távora.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.04.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Relator

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/05, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, incentivando o desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) no Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Verificação de votação.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Será feita.

Com emenda da CCJ. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Sra. Presidente, não há quórum no plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Arlete Caramês)

Os que aprovam queiram levantar-se.

Quatorze Deputados aprovam.

Não há quórum para o prosseguimento da Sessão.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/05.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 092, 681/05 e do Projeto de Resolução nº 004/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 129/04, 777/05 e 077/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 306/04, 602 e 603/05.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 008/05.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 54/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

1º - Instaurar sindicância, visando apurar o conteúdo do protocolado sob nº 2.160, de 27 de março de 2006, objetivando apurar irregularidades funcionais - ABANDONO DE CARGO.

2º - Designar o funcionário ELEOVAN CEZAR RIBEIRO, matrícula nº 0373, ocupante do cargo de Consultor Técnico Legislativo, como Presidente da Sindicância, a quem ficam delegados os poderes necessários para tanto, atuando como secretárias ANA CRISTINA CEZARIO PEREIRA, matrícula nº 40.973, e LUCIANE CONCEIÇÃO E SILVA, matrícula nº 41.140, ambas ocupantes do cargos de Consultor Jurídico, assinalando o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de relatório conclusivo.

3º - Publique-se.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19.03.2006.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Ata da Comissão

Orçamento

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões da Presidência no Plenário, reuniram-se os membros desta Comissão, com o fim específico de

proceder à eleição para Presidente, tendo em vista a saída do Deputado Ademir Bier. Presidida na forma regimental pela Deputado Ademar Traiano, Vice-Presidente da Comissão. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, o Deputado Edson Strapasson foi eleito por unanimidade. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Edson Strapasson agradeceu a especial deferência de seus nobres Pares e designou o Deputado Marcos Isfer para atuar como relator da comissão. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, eu, Ana Beatriz Silva do Prado, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Ana Beatriz Silva do Prado - Secretária

Administrativas

Despacho do Diretor Geral

DESPACHO DO DIRETOR GERAL

Protocolo nº 2341/06

Data: 29/03/06

Interessado: GENI TEREZINHA DIBMER MARAVALHAS

Assunto: Isenção I.R.R.F.

1) INDEFIRO, nos termos do parecer da Procuradoria Geral.

2) Ao D.S.E. para publicação.

3) Ao D.A. para arquivar.

Curitiba, em 19.04.06.

(a) ABIB MIGUEL

Balancetes

OFÍCIO Nº 06/06

Curitiba, 17 de março de 2006.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de FEVEREIRO/2006, conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coordenadoria de Contabilidade

ILMO. SR. GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Fevereiro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:28/02/2006
MÊS: Fevereiro	Exercício: 2006	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	19.800.000,00	42.000.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	19.800.000,00	42.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	1.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	1.000.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	19.800.000,00	43.000.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS (C.A.)	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	187.943,76	378.878,26
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	187.943,76	378.878,26
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	187.943,76	378.878,26
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	15.081.227,16	10.719.466,93
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	15.081.227,16	10.719.466,93
TOTAL	35.069.170,92	54.098.345,19

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Fevereiro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 28/02/2006
MÊS: Fevereiro	Exercício: 2006	

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	16.916.073,76	33.450.726,78
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.156.839,59	28.975.917,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.759.234,17	4.474.808,88
DESPESAS DE CAPITAL	4.105,40	4.105,40
INVESTIMENTOS	4.105,40	4.105,40
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	16.920.179,16	33.454.832,18
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	274.800,54	2.706.561,79
PAGAMENTOS	274.800,54	2.706.561,79
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	150.907,52	213.667,52
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	150.907,52	213.667,52
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	425.708,06	2.920.229,31
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	17.723.283,70	177.723.283,70
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	17.723.283,70	17.723.283,70
TOTAL	35.069.170,92	54.098.345,19

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

OFÍCIO Nº 07/06

Curitiba, 11 de abril de 2006.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de MARÇO/2006, conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenadoria de Contabilidade
ILMO. SR. GABRIEL
LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Março	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/03/2006
MÊS: Março	Exercício: 2006	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	16.500.000,00	58.500.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	16.500.000,00	58.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	1.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	1.000.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	16.500.000,00	59.500.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS (C.A.)	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	295.469,57	674.347,83
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	295.469,57	674.347,83
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	295.469,57	674.347,83
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
BANCOS	17.723.283,70	10.719.466,93
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	17.723.283,70	10.719.466,93
TOTAL	34.518.753,27	70.893.814,76

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Março	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 31/03/2006
MÊS: Março	Exercício: 2006	

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	18.698.178,93	52.148.905,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.145.644,64	45.121.562,54
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.552.534,29	7.027.343,17
DESPESAS DE CAPITAL	73.406,08	77.511,48
INVESTIMENTOS	73.406,08	77.511,48
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	18.771.585,01	52.226.417,19
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	45.785,17	2.752.346,96
PAGAMENTOS	45.785,17	2.752.346,96
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS (C.A.)	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	13.500,00	227.167,52
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	13.500,00	227.167,52
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	59.285,17	2.979.514,48

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

